Marcos César Alvarez

# Os Pensadores

1980

EDITOR: VICTOR CIVITA

CIP-Brasil. Catalogação-na-Fonte
Câmara Brasileira do Livro, SP

T336

Textos escolhidos / Walter Benjamin, Max Horkheimer, Theodor W. Adorno, Jürgen Habermas ; traduções de José Lino Grünnewald . . . [et al.]. — São Paulo : Abril Cultural, 1980.
(Os Pensadores)

Inclui vida e obra de Benjamin, Horkheimer, Adorno e Habermas.
Bibliografia.

1. Arte e sociedade 2. Arte — Filosofia 3. Ciência e civilização 4. Cultura 5. Filosofia alemã 6. Filósofos modernos 7. Tecnologia e civilização I. Benjamin, Walter, 1892-1940. II. Horkheimer, Max, 1895-1973. III. Adorno, Theodor Wiesengrund, 1903-1969. IV. Habermas, Jürgen, 1929 - V. Série.

17. e 18. CDD-193
17. e 18. -301.2
17. -301.24
18. -301.243
17. e 18. -700:301
79-0469 17. e 18. -701

Índices para catálogo sistemático:
1. Alemanha : Filosofia 193 (17. e 18.)
2. Arte : Filosofia 701 (17. e 18.)
3. Arte e sociedade 700:301 (17. e 18.)
4. Ciência e tecnologia : Sociologia 301.24 (17.) 301.243 (18.)
5. Cultura : Sociologia 301.2 (17. e 18.)
6. Filosofia alemã 193 (17. e 18.)
7. Filósofos alemães 193 (17. e 18.)
8. Tecnologia e ciência : Sociologia 301.24 (17.) 301.243 (18.)

WALTER BENJAMIN
MAX HORKHEIMER
THEODOR W. ADORNO
JURGEN HABERMAS

# TEXTOS ESCOLHIDOS

Traduções de José Lino Grünnewald, Edson Araújo Cabral,
José Benedito de Oliveira Damião, Modesto Carone,
Erwin Theodor Rosental, Željko Loparić,
Andréa Maria Altino de Campos Loparić, Edgard Afonso Malgodi,
Ronaldo Pereira Cunha, Luiz João Baraúna
Rubens Rodrigues Torres Filho, Wolfgang Leo Maar,
Roberto Schwarz, Maurício Tragtenberg

Títulos originais:
**Textos de Benjamin:**
"Das Kunstwerk im Zeitalter seiner technischen Reproduzierbarkeit"
(de *Illuminationen)*
"Ueber einige Motiven bei Baudelaire" (de *Illuminationen)*
"Der Erzaehler" (de *Ueber Literatur)*
"Der Surrealismus" (de *Ueber Literatur)*
**Texto de Horkheimer e Adorno:** "Begriff der Aufklaerung"
(de *Dialektik der Aufklaerung Philosophische Fragmente)*
**Texto de Horkheimer:** *Tradizionelle und Kritische Theorie*
**Texto de Horkheimer e Marcuse:** "Philosophie und Kritische Theorie"
(de *Zeitschrift für Sozialforschung,* vol. 6)
**Textos de Adorno:**
"Ueber den Fetischcharakter in der Musik und die
Regression des Hoerens" (de *Dissonanzen)*
"Rede ueber Lyrik und Gesellschaft" (de *Noten zur Literatur)*
*Der Positivismusstreit in der deutschen Soziologie: Einleitung*
"Ideen zur Musiksoziologie" (de *Klangfiguren)*
"Standort des Erzaehlers im zeitgenössichen Roman (de *Noten zur Literatur)*
**Textos de Habermas:**
"Analytische Wissenschafts Theorie und Dialektik"
(de *Der Positivismusstreit in der deutschen Soziologie")*
*Erkenntnis und Interesse*
*Technik und Wissenschaft als Ideologie*



Textos publicados sob licença de:
Suhrkamp Verlag, Frankfurt/Main *(Idéias para a Sociologia da Música,* 1959);
*Posição do Narrador Contemporâneo* (1958); *Lírica e Sociedade;*
*A Obra de Arte na Época de suas Técnicas de Reprodução;*
*Sobre alguns Temas em Baudelaire; O Narrador; O Surrealismo;*
*Conhecimento e Interesse; Técnica e Ciência enquanto Ideologia).*
Luchterhand Verlag, Darmstadt und Neuwied, 1569 *(Introdução à Controvérsia sobre*
*o Positivismo na Sociologia Alemã; Teoria Analítica da Ciência e Dialética).*
Vandenhoeck und Ruprecht, Goettingen *(O Fetichismo na Música e a Regressão da Audição).*
S. Fischer Verlag, Frankfurt/Main e Editora Perspectiva S.A., São Paulo
*(Teoria Tradicional e Teoria Crítica).*
S. Fischer Verlag, Frankfurt/Main *(Conceito de Iluminismo,* 1969;
*Filosofia e Teoria Crítica,* 1937).

Tradução publicada sob licença de José Lino Grünnewald, Rio de Janeiro
*(A Obra de Arte na Época de suas Técnicas de Reprodução).*

# TEORIA TRADICIONAL E TEORIA CRÍTICA*

A questão — o que é teoria — parece não oferecer maiores dificuldades dentro do quadro atual da ciência. No sentido usual da pesquisa, teoria equivale a uma sinopse de proposições de um campo especializado, ligadas de tal modo entre si que se poderiam deduzir de algumas dessas teorias todas as demais. Quanto menor for o número dos princípios mais elevados, em relação às conclusões, tanto mais perfeita será a teoria. Sua validade real reside na consonância das proposições deduzidas com os fatos ocorridos. Se, ao contrário, se evidenciam contradições *(Widersprueche)* entre a experiência e a teoria, uma ou outra terá que ser revista. Ou a observação foi falha, ou há algo discrepante nos princípios teóricos. Portanto, no que concerne aos fatos, a teoria permanece sempre hipotética. Deve-se estar disposto a mudá-la sempre que se apresentem inconvenientes na utilização do material. Teoria é o saber acumulado de tal forma que permita ser este utilizado na caracterização dos fatos tão minuciosamente quanto possível. Poincaré compara a ciência com uma biblioteca que deve crescer incessantemente. A física experimental desempenha o papel do bibliotecário que realiza as aquisições, isto é, que enriquece o saber, trazendo o material. A física matemática, teoria da ciência natural em sentido mais estrito, tem a tarefa de catalogar. Sem o catálogo não se poderia fazer uso da biblioteca, apesar de toda a sua riqueza. "É este, portanto, o papel da física matemática: deve dirigir a generalização de tal forma que (. . .) aumente a sua eficácia".[1] O sistema universal da ciência aparece aí como a meta da teoria em geral. Não se restringe mais a uma área particular, mas abrange todos os objetos possíveis. Ao fundar as proposições referentes a ramos diversos nas mesmas pressuposições, [2] elimina-se a separação das ciências. O mesmo aparato conceptual *(begrifflicher Apparat)* empregado na determinação da natureza inerte serve também para classificar a natureza viva, podendo ser utilizado a qualquer momento por toda pessoa que tenha aprendido o seu manejo, isto é, as regras da dedução, o material significante, os métodos de comparação de proposições deduzidas com constatações de fatos, etc. Mas estamos longe de tal situação.

Esta é, em linhas gerais, a representação *(Vorstellung)* atualmente difundida da essência *(Wesen)* da teoria. Essa representação encontra em geral sua origem

* Traduzido do original alemão: "Tradizionelle und kritische Theorie", em *Kritische Theorie, eine Dokumentation,* Frankfurt am Main, 1968, S. Fischer Verlag, II, pp. 137-191. Publicado pela primeira vez em *Zeitschrift fuer Sozialforschung,* ano VII, 1937, pp. 245-294. (N. do E.)

[1] H. Poincaré, *Wissenschaft und Hypothese,* edição alemã de F. e L. Lindemann. Leipzig, 1914, p. 146. (N. do A.)

[2] "premissas", na edição de Alfred Schmidt. (N. dos T.)

nos primórdios da filosofia moderna. Descartes assinala na terceira máxima de seu método científico a decisão "de conduzir a ordem de acordo com os meus pensamentos, portanto, começando com os objetos de conhecimento mais fácil e simples, para então subir, por assim dizer, gradualmente, até chegar a conhecer os mais complexos, pressupondo nesses objetos uma ordem que não sucede de um modo natural". A dedução tal como é usual na matemática deve ser estendida à totalidade das ciências. A ordem do mundo abre-se para uma conexão de deduções intelectuais *(deduktiven gedanklichen Zusammenhang)*. "As longas cadeias formadas por motivos racionais, de muito simples e fácil compreensão, habitualmente utilizados pelo geômetra para chegar às mais difíceis demonstrações, me levaram a imaginar que todas as coisas que possam ser do conhecimento do homem se encontram na mesma relação, e que, atendo-se apenas em não considerar verdadeira uma coisa que não o seja, e mantendo-se a ordem que é necessária para dizer uma coisa da outra, não pode haver nenhum conhecimento que, por mais distante que esteja, não possa ser alcançado, nem conhecimento que, por mais oculto que esteja, não possa ser descoberto".[3] As proposições mais gerais de onde partem as deduções são vistas conforme a respectiva posição filosófica do lógico. Para John Stuart Mill, por exemplo, elas são ainda juízos empíricos *(Erfahrungsurteile)*, induções; nas correntes racionalistas e fenomenológicas são consideradas intelecções evidentes *(evidente Einsichten)*, enquanto a moderna axiomática as toma como estipulações arbitrárias. Para a lógica mais avançada da atualidade, que se expressa representativamente nas *Investigações Lógicas* de Husserl, a teoria é considerada "como um sistema fechado de proposições de uma ciência".[4] Teoria, em sentido preciso, é "um encadeamento sistemático de proposições de uma dedução sistematicamente unitária".[5] Ciência significa "um certo universo de proposições (. . .) tal como sempre surge do trabalho teórico, cuja ordem sistemática permite a determinação *(Bestimmung)* de um certo universo de objetos".[6] Uma exigência fundamental, que todo sistema teórico tem que satisfazer, consiste em estarem todas as partes conectadas ininterruptamente e livres de contradição. H. Weyl considera como condição imprescindível a harmonia que exclui toda a possibilidade de contradição, assim como a ausência de componentes supérfluos, puramente dogmáticos, e independentes das aparências observáveis.[7]

Na medida em que se manifesta uma tendência nesse conceito *(Begriff)* tradicional de teoria, ela visa a um sistema de sinais puramente matemáticos. Cada vez menor é o número de nomes que aparecem como elementos da teoria e partes das conclusões e proposições, sendo substituídos por símbolos matemáticos na designação de objetos observados. Também as próprias operações lógicas já estão

[3] Descartes, *Discours de la Méthode*, II, trad. alemã de A. Buchenau, Leipzig, 1911, p. 15. (N. do A.)
[4] E. Husserl, *Formale und transzendentale Logik*, Halle, 1929, p. 89. (N. do A.)
[5] *Idem*, p. 79. (N. do A.)
[6] *Idem*, p. 91. (N. do A.)
[7] H. Weyl, "Philosophie der Naturwissenschaft", in *Handbuch der Philosophie*, parte II, Munique e Berlim, 1927, pp. 118 e ss.

racionalizadas a tal ponto que, pelo menos em grande parte da ciência natural, a formação de teorias tornou-se construção matemática.

As ciências do homem e da sociedade têm procurado seguir o modelo *(Vorbild)* das bem sucedidas ciências naturais. A diferença entre as escolas da ciência social, que se dedicam mais à pesquisa de fatos, e outras que visam mais os princípios, não tem nada a ver com o conceito de teoria como tal. A laboriosa atividade de colecionar, em todas as especialidades que se ocupam com a vida social, a compilação de quantidades enormes de detalhes sobre problemas, as pesquisas empíricas realizadas através de enquetes cuidadosas ou outros expedientes, que, desde Spencer, constitui uma boa parte dos trabalhos realizados nas universidades anglo-saxônicas, oferecem certamente uma imagem que aparenta estar mais próxima exteriormente da vida em geral dentro do modo de produção industrial do que a formulação de princípios abstratos e ponderações sobre conceitos fundamentais, em gabinete, como foi característico de uma parte da sociologia alemã. Mas isto não significa diferença estrutural do pensamento. Nas últimas épocas da sociedade atual as assim chamadas ciências do espírito têm tido apenas um valor de mercado oscilante; elas se vêem na contingência de fazer de qualquer maneira o mesmo que as ciências naturais, mais venturosas, cuja possibilidade de aplicação está fora de dúvidas. De qualquer maneira existe uma identidade na concepção *(Auffassung)* de teoria entre as diferentes escolas sociológicas e entre estas e as ciências naturais. Os empíricos não têm outra representação melhor de teoria do que os teóricos. Estão meramente convencidos de que, em vista da complexidade dos problemas sociais e do quadro atual da ciência, o trabalho com princípios gerais deve ser considerado como ocioso e cômodo. Na medida em que seja necessária a realização de um trabalho teórico, isso ocorrerá, pensam eles, através do manuseio crescente do material; não é de se esperar a curto prazo exposições teóricas de grande alcance. São os métodos de formulação exata, especialmente métodos matemáticos, cujo sentido está em estreita conexão com o conceito de teoria esboçado acima, que são muito apreciados por estes cientistas. Não é o significado da teoria em geral que é questionado aqui, mas a teoria esboçada "de cima para baixo" por outros, elaborada sem o contato direto com os problemas de uma ciência empírica particular. Diferenciações como, por exemplo, entre coletividade e sociedade (Toennies), entre solidariedade mecânica e solidariedade orgânica (Durkheim), entre cultura e civilização (A. Weber), empregadas como formas fundamentais da socialização humana, desvendam imediatamente sua problemática, se se intenta aplicá-las a problemas concretos. Em vista do quadro atual da pesquisa, o caminho que a sociologia teria que percorrer seria a difícil ascensão da descrição de fenômenos sociais até comparações detalhadas, e só então a partir daí passar para a formação de conceitos gerais.

A oposição *(Gegensatz)* acima exposta está baseada no fato de os empiristas, em conformidade com sua tradição, considerarem apenas as induções concluídas como as mais elevadas proposições da teoria, e ao mesmo tempo acreditarem que ainda se estaria longe da realização de tais induções. Seus opositores conside-

ram corretos outros modos de procedimento, que não são totalmente dependentes da acumulação do material coletado, para a formação das intelecções e das categorias mais elevadas. Pode ser que, por exemplo, Durkheim concorde em muitos aspectos com as teorias básicas dos empiristas, mas, na medida em que se trata de princípios, ele declara redutível o processo da indução. A classificação de processos sociais por meio de inventários empíricos não é possível, nem tampouco traria facilidades na pesquisa, na forma que se espera. "Seu papel é o de colocar-nos à mão pontos de referência, aos quais podemos relacionar outras observações além daquelas pelas quais adquirimos estes pontos de referência. Para satisfazer esta finalidade ela não necessita ser concebida segundo o inventário completo de todos os traços individuais, mas de um número pequeno, cuidadosamente escolhido dentre eles. (. . .) Ela pode poupar muitíssimos passos ao observador, pois ela o guiará. (. . .) Temos portanto que descobrir traços particularmente essenciais para nossa classificação.[8] Mas, com relação à sua função no sistema teórico ideal *(idealen),* não faz diferença alguma que os princípios mais elevados, por sua vez, sejam adquiridos por escolha, por intuição eidética do ser *(Wesenschau)* ou pela simples convenção. É certo que o cientista aplicará suas proposições mais ou menos gerais como hipóteses aos novos fatos surgidos. Depois da constatação de uma lei essencial *(Wesensgesetz),* o sociólogo de orientação fenomenológica estará indubitavelmente seguro de que cada exemplar teria que proceder de conformidade com essa lei. Mas o caráter hipotético da lei essencial se impõe no problema: se se trata de um exemplar da respectiva essência ou de uma essência próxima; se se trata de um mau exemplar de um gênero, ou de um bom exemplar de um outro. Tem-se sempre, de uma lado, o saber formulado intelectualmente e, de outro, um fato concreto *(Sachverhalt)* que deve ser subsumido por esse saber subsumir, isto é, este estabelecer a relação entre a mera percepção ou constatação do fato concreto e a ordem[9] conceitual do nosso saber chama-se explicação teórica.

Não será necessário falar aqui dos diferentes tipos de classificação. Indicaremos apenas em breves palavras como se procede com a explicação dos acontecimentos históricos segundo este conceito tradicional de teoria. Isto se torna na controvérsia entre Eduard Meyer e Max Weber. A respeito de certas decisões voluntárias de determinados personagens históricos que desencadearam guerras, Meyer havia afirmado que a questão de saber se estas guerras se dariam ou não, caso não tivessem sido tomadas tais decisões, é irrespondível e ociosa. Tomando partido contrário, Weber tentou provar que admitir isso significaria que a explicação histórica é impossível. Segundo as teorias do fisiólogo Von Kries, de juristas e economistas como Merkel, Liefmann e Radbruch, Weber desenvolveu a "teoria da possibilidade objetiva". Segundo este autor, do mesmo modo que para o especialista em direito penal, a explicação para o historiador não consiste em uma enumeração mais completa possível de todas as circusntâncias aí presentes, mas

[8] E. Durkheim, *Les règles de la méthode sociologique,* Paris, 1927, p. 99. (N. do A.)
[9] "estrutura", na ed. de A. Schmidt. (N. dos T.)

em destacar a conexão entre certos componentes do acontecimento, importantes para a continuação do processo histórico, e, por outro lado, os processos individuais determinantes. Esta conexão, por exemplo, o julgamento de que uma guerra foi desencadeada pela ação política de um estadista decidido, pressupõe logicamente que, no caso de esta política não ter sido levada a cabo, não se daria o efeito explicado por ela, mas um outro. A afirmação de uma determinada causa histórica implica sempre que, no caso de sua não-realização, devido a regras de experiência conhecidas, e sob as circunstâncias vigentes, ocorreria um outro determinado efeito. As regras da experiência, neste caso, não são outra coisa que formulações do nosso saber a respeito dos nexos econômicos, sociais e psicológicos. Com sua ajuda construímos o percurso provável, omitindo ou incluindo a ocorrência que deve servir para explicá-lo.[10] Opera-se com proposições condicionais, aplicadas a uma situação dada. Pressupondo-se as circunstâncias a, b, c, d, deve-se esperar a ocorrência q; desaparecendo p, espera-se a ocorrência r, advindo g, então espera-se a ocorrência s, e assim por diante. Esse calcular pertence ao arcabouço lógico da história, assim como ao da ciência natural. É o modo de existência da teoria em sentido tradicional.

Por conseguinte, o que os cientistas consideram, nos diferentes campos, como a essência da teoria, corresponde àquilo que tem constituído de fato sua tarefa imediata. O manejo da natureza física, como também daqueles mecanismos econômicos e sociais determinados, requer a enformação *(Formung)* do material do saber, tal como é dado em uma estruturação hierárquica *(Ordnungsgefuege)* das hipóteses. Os progressos técnicos da idade burguesa são inseparáveis deste tipo de funcionamento da ciência. Por outro lado, os fatos tornam-se fecundos para o saber por meio deste funcionamento, o que tem utilização dentro das relações dadas. Por outro lado, o saber vigente é aplicado aos fatos. Não há dúvidas de que tal elaboração representa um momento de revolução e desenvolvimento constantes da base material desta sociedade. Na medida em que o conceito da teoria é independentizado, como que saindo da essência interna da gnose *(Erkenntnis),* ou possuindo uma fundamentação a-histórica, ele se transforma em uma categoria coisificada *(verdinglichte)* e, por isso, ideológica.

Tanto a fecundidade de nexos efetivos recém-descobertos para a modificação da forma[11] do conhecimento existente, como a aplicação deste conhecimento aos fatos são determinações que não têm origem em elementos puramente lógicos ou metodológicos, mas só podem ser compreendidos em conexão com os processos sociais reais. O fato de uma descoberta motivar uma reestruturação das intuições[12] vigentes não pode jamais ser fundamentado exclusivamente por meio de ponderações lógicas, mas precisamente em contradição com determinadas partes das representações dominantes. Sempre é possível encontrar hipóteses auxiliares, por meio das quais se poderia evitar uma total transformação da teoria. Ainda

[10] Cf. Max Weber, "Kritische Studien auf dem Gebiet der kulturwissenschaftlichen Logik", *in Gesammelte Aufsaetze,* Tuebingen, 1922, pp. 266 e ss. (N. do A.)

[11] "transformação", na ed. de A. Schmidt. (N. dos T.)

[12] "teses", na ed. de A. Schmidt. (N. dos T.)

que para o próprio cientista só os motivos imanentes sejam válidos como determinantes, novas teses se impõem e se enquadram nas conexões históricas concretas. Isto não é negado pelos epistemólogos modernos quando pensam mais em gênio e acaso do que nas relações sociais, também no que se refere aos fatores extracientíficos decisivos. No século XVII, ao invés de resolver as dificuldades nas quais o procedimento gnosiológico da astronomia tradicional havia se envolvido tentando superá-las por meio de construções lógicas, passou-se a adotar o sistema coperniciano. Este fato não se deve apenas às qualidades lógicas deste sistema, como sua simplicidade, por exemplo. Mesmo as vantagens que estas qualidades representam conduzem à base da *práxis* daquele período histórico. O modo pelo qual o sistema de Copérnico, que era pouco mencionado durante o século XVI, tornou-se um poder revolucionário, constitui uma parte do processo social, no qual o pensamento mecânico passa a ser dominante.[13] Contudo não é só para teorias tão extensas, como o sistema coperniciano, que a mudança da estrutura científica depende da respectiva situação social: isto se faz presente também nos problemas especiais da pesquisa cotidiana. Não se pode de forma alguma deduzir simplesmente da situação lógica se a descoberta de novas variedades em campos isolados da natureza orgânica ou inorgânica, seja em laboratório químico ou em pesquisas paleontológicas, implicará na alteração de antigas classificações ou no surgimento de novas. Os epistemólogos costumam neste caso recorrer a um conceito aparentemente imanente à sua ciência — o conceito de conveniência *(Zweckmaessigkeit)*. Se e como novas são formuladas convenientemente, isto, na verdade, não depende só da simplicidade e da coerência do sistema, mas também, entre outras coisas, da direção e dos objetivos da pesquisa que não explica e não pode tornar nada inteligível por si mesma. Tanto quanto a influência do material sobre a teoria, a aplicação da teoria ao material não é apenas um processo intracientífico, mas também um processo social. Afinal a relação entre hipóteses e fatos não se realiza na cabeça dos cientistas, mas na indústria. As regras como, por exemplo, a de que o alcatrão de hulha quando submetido a determinadas reações desenvolve um corante, ou a de que a nitroglicerina, o salitre e outros elementos possuem grande força explosiva, constituem um saber acumulado que é aplicado efetivamente aos fatos no interior das fábricas dos grandes trustes.[14]

Dentre as diferentes escolas filosóficas parecem ser particularmente os positivistas e pragmáticos que tomam em consideração o entrelaçamento do trabalho teórico com o processo de vida da sociedade. Eles assinalam como tarefa da ciência a previsão e a utilidade dos resultados. Na realidade, este caráter resoluto, a crença no valor social da sua profissão, é para o cientista, todavia, um assunto privado. Ele pode crer tanto num saber independente, "supra-social" e desligado, como no significado social da sua especialidade; esta oposição na interpretação não exerce a mínima influência sobre a sua atividade prática. O cientista e sua

[13] Este processo foi exposto por H. Grossmann em seu ensaio "Die gesellschaftlichen Grundlagen der mechanistischen Philosophie und die Manufaktur", na *Zeitschrift fuer Sozialforschung,* ano IV. 1935, pp. 161 e ss. (N. do A.)
[14] "indústrias", na ed. de A. Schmidt. (N. dos T.)

ciência estão atrelados ao aparelho social, suas realizações constituem um momento da autopreservação e da reprodução contínua do existente, independentemente daquilo que imaginam a respeito disso. Eles têm apenas que se enquadrar ao seu "conceito", ou seja, fazer teoria no sentido descrito acima. Dentro da divisão social do trabalho, o cientista tem que conceber e classificar[15] os fatos em ordens conceituais e dispô-los de tal forma que ele mesmo e todos os que devem utilizá-los possam dominar os fatos o mais amplamente possível. Dentro da ciência o experimento tem o sentido de constatar os fatos de tal modo que seja particularmente adequado à respectiva situação da teoria. O material em fatos, a matéria, é fornecida de fora. A ciência proporciona uma formulação clara, bem visível, de modo que se possam manusear os conhecimentos como se queira. Não importa se se trata de exposição da matéria, como na história e partes descritivas de outras ciências particulares, ou de sinopse de grandes quantidades de dados e obtenção de regras gerais, como na física; para o cientista a tarefa de registro, modificação da forma e racionalização total do saber a respeito dos fatos é sua espontaneidade, é a sua atividade teórica. O dualismo entre pensar e ser, entendimento e percepção, lhe é natural.

A representação tradicional de teoria é abstraída do funcionamento da ciência, tal como este ocorre a um nível dado da divisão do trabalho. Ela corresponde à atividade científica tal como é executada ao lado de todas as demais atividades sociais, sem que a conexão entre as atividades individuais se torne imediatamente transparente. Nesta representação surge, portanto, não a função real da ciência nem o que a teoria significa para a existência humana, mas apenas o que significa na esfera isolada em que é feita sob as condições históricas. Na verdade, a vida da sociedade é um resultado da totalidade do trabalho nos diferentes ramos de profissão, e mesmo que a divisão do trabalho funcione mal sob o modo de produção capitalista, os seus ramos, e dentre eles a ciência, não podem ser vistos como autônomos e independentes. Estes constituem apenas particularizações da maneira como a sociedade se defronta com a natureza e se mantém nas formas dadas. São, portanto, momentos do processo de produção social, mesmo que, propriamente falando, sejam pouco produtivos ou até improdutivos. Nem a estrutura da produção industrial e agrária nem a separação entre funções diretoras e funções executivas, entre serviços e trabalhos, entre atividade intelectual e atividade manual, constituem relações eternas ou naturais, pelo contrário, estas relações emergem do modo de produção em formas determinadas de sociedade. A aparente autonomia nos processos de trabalho, cujo decorrer se pensa provir de uma essência interior ao seu objeto, corresponde à ilusão de liberdade dos sujeitos econômicos na sociedade burguesa. Mesmo nos cálculos mais complicados, eles são expoentes do mecanismo social invisível, embora creiam agir segundo suas decisões individuais.

A autoconsciência errônea dos cientistas burgueses durante a era liberalista aparece nos mais diferentes sistemas filosóficos. Pode-se encontrar uma expansão

[15] Falta na ed. de A. Schmidt. (N. dos T.)

bem precisa disso no neokantismo do estilo da escola de Marburg, na passagem do século. Alguns traços da atividade teórica do especialista são transformados em categorias universais, por assim dizer, em momentos do espírito universal, do *lógos* eterno, ou, antes, traços decisivos da vida social são reduzidos à atividade teórica do cientista. A "força da gnose" passa a ser chamada "força da origem". Por "produzir" *(Erzeugen)* passa-se a entender a "soberania criadora do pensamento". No momento em que algo aparece como dado, tem que ser possível — pensam os referidos cientistas — constituir todas as determinações deste algo a partir dos sistemas teóricos, em última instância, a partir da matemática: todas as dimensões finitas podem ser deduzidas do conceito do infinitamente pequeno, por meio do cálculo infinitesimal, e justamente isso é a sua "produção" *(Erzeugung)*. O ideal é o sistema unitário da ciência que, nesse sentido, é todo-poderosa. E porque no objeto tudo se resolve em determinações intelectuais, o resultado não representa nada consistente e material: a função determinante, classificadora e doadora de unidade, é a única que fornece a base para tudo, e a única que o esforço almeja. A produção é produção da unidade, a própria produção é produto.[16] Segundo esta lógica o progresso da consciência da liberdade consiste propriamente em poder expressar cada vez melhor, na forma de quociente diferencial, o aspecto do mundo miserável que se apresenta aos olhos do cientista. Enquanto a profissão do cientista representa efetivamente um momento não independente no trabalho e na atividade histórica do homem, ela é colocada no lugar deles. Na medida em que o entendimento deve determinar efetivamente os acontecimentos, numa sociedade futura, esta *hypóstasis* do *lógos* como realidade efetiva é também uma utopia travestida. Todavia a ciência natural matemática, que aparece como *lógos* eterno, não é a que constitui atualmente o autoconhecimento do homem, mas a teoria crítica da sociedade atual, teoria esta impregnada do interesse por um estado racional.

A consideração que isola as atividades particulares e os ramos de atividade juntamente com os seus conteúdos e objetos necessita, para ser verdadeira, da consciência concreta da sua limitação. É preciso passar para uma concepção que elimine a parcialidade que resulta necessariamente do fato de retirar os processos parciais da totalidade da *práxis* social. Na representação da teoria, tal como ela se apresenta ao cientista, como resultado necessário de sua própria profissão, a relação entre fato e ordem conceitual oferece um importante ponto de partida para tal eliminação. A gnosiologia dominante reconhece também a problemática dessa relação. Tem sido salientado constantemente que os mesmos objetos que constituem problemas numa disciplina, para os quais uma solução é remota, são aceitos como fatos consumados em outras disciplinas. Nexos que na física são temas de pesquisa, na biologia são considerados como pressuposição evidente. Na própria biologia acontece o mesmo com os processos fisiológicos em relação aos processos psicológicos. As ciências sociais tomam a totalidade da natureza humana e extra-humana como dada e se interessam pela estrutura das relações

[16] Cf. H. Cohen, *Logik der reinen Erkenntnis*, Berlim, 1914, pp. 23 e ss. (N. do A.)

entre homem e natureza e dos homens entre si. Não é por meio dessa referência à relatividade da conexão entre pensamento teórico e fatos, imanentes à ciência burguesa, que se dá o desenvolvimento do conceito e teoria, mas por uma ponderação que não tange unicamente ao cientista, mas também a todos os indivíduos cognoscentes.

A totalidade do mundo perceptível, tal como existe para o membro da sociedade burguesa e tal como é interpretado em sua reciprocidade com ela, dentro da concepção tradicional do mundo, é para seu sujeito uma sinopse de faticidades; esse mundo existe e deve ser aceito. O pensamento organizador concernente a cada indivíduo pertence às reações sociais que tendem a se ajustar às necessidades de modo o mais adequado possível. Porém, entre indivíduo e sociedade, existe uma diferença essencial. O mesmo mundo que, para o indivíduo, é algo em si existente e que tem que captar e tomar em consideração é, por outro lado, na figura que existe e se mantém, produto da *práxis* social geral. O que percebemos no nosso meio ambiente, as cidades, povoados, campos e bosques trazem em si a marca do trabalho. Os homens não são apenas um resultado da história em sua indumentária e apresentação, em sua figura e seu modo de sentir, mas também a maneira como vêem e ouvem é inseparável do processo de vida social tal como este se desenvolveu através dos séculos. Os fatos que os sentidos nos fornecem são pré-formados de modo duplo: pelo caráter histórico do objeto percebido e pelo caráter histórico do órgão perceptivo. Nem um nem outro são meramente naturais, mas enformados pela atividade humana, sendo que o indivíduo se autopercebe, no momento da percepção, como perceptivo e passivo. A oposição entre passividade e atividade que na gnosiologia surge como dualismo da sensibilidade e entendimento não é válida para a sociedade na mesma medida em que é válida para o indivíduo. Enquanto este se experimenta como passivo e dependente, a sociedade, que na verdade é composta de indivíduos, é entretanto um sujeito ativo, ainda que inconsciente e, nessa medida, inautêntico. Esta diferença na existência do homem e da sociedade é uma expressão da cisão que no passado e no presente tem sido própria às formas sociais da vida social. A existência da sociedade se baseou sempre na oposição direta, ou é resultado de forças contrárias; de qualquer modo não é o resultado de uma espontaneidade consciente de indivíduos livres. Por isso altera-se o significado dos conceitos de passividade e de atividade, em conformidade com a sua aplicação à sociedade ou ao indivíduo. No modo burguês de economia *(buergerliche Wirtsschaftsweise)* a atividade da sociedade é cega e concreta, e a do indivíduo é abstrata e consciente.

A produção humana contém também sempre algo planificado. Na medida em que o fato surge como algo exterior que se acrescenta à teoria, é portanto necessário que contenha em si razão *(Vernunft),* mesmo que num sentido limitado. Com efeito, o saber aplicado e disponível está sempre contido na *práxis* social; em conseqüência disso o fato percebido antes mesmo da sua elaboração teórica consciente por um indivíduo cognoscente, já está codeterminado pelas representações e conceitos humanos. Não se deve pensar aqui apenas nos experimentos da ciência natural. A assim chamada pureza do processo efetivo que deve ser

alcançada pelo procedimento experimental está ligada a requisitos técnicos, cuja conexão com o processo material de produção é evidente. Todavia se confunde facilmente a questão da mediação do fato pela *práxis* social como um todo com a questão da influência exercida pelo instrumento medidor sobre o objeto observado, ou seja, com um método particular. O último problema com que a própria física se ocupa continuamente não está menos ligado com o problema aqui levantado do que com a percepção em geral, inclusive a percepção cotidiana. O próprio aparelho fisiológico dos sentidos do homem trabalha já há tempos detalhadamente nos experimentos físicos. A maneira pela qual as partes são separadas ou reunidas na observação registradora, o modo pelo qual algumas passam despercebidas e outras são destacadas, é igualmente resultado do moderno modo de produção, assim como a percepção de um homem de uma tribo qualquer de caçadores ou pescadores primitivos é o resultado das suas condições de existência, e, portanto, indubitavelmente também do objeto. Em relação a isso poder-se-ia inverter a frase: as ferramentas são prolongamentos dos órgãos humanos, na frase: os órgãos são também prolongamentos das ferramentas. Nas etapas mais elevadas da civilização a *práxis* humana consciente determina inconscientemente não apenas o lado subjetivo da percepção, mas em maior medida também o objeto. O que o membro da sociedade capitalista[17] vê diariamente à sua volta: conglomerados habitacionais, fábricas, algodão, gado de corte, seres humanos, e não só estes objetos como também os movimentos, nos quais são percebidos, de trens subterrâneos, elevadores, automóveis, aviões, etc., tem este mundo sensível os traços do trabalho consciente em si; não é mais possível distinguir entre o que pertence à natureza inconsciente e o que pertence à *práxis* social. Mesmo quando se trata da experiência com objetos naturais como tal, sua naturalidade é determinada pelo contraste com o mundo social, e nesta medida dele depende.

Contudo o indivíduo registra a realidade efetiva sensível como mera seqüência de fatos nas ordens conceituais. Sem dúvida, estas também se desenvolveram em conexão recíproca com o processo vital da sociedade. Quando ocorre por isso a classificação nos sistemas do entendimento, o julgamento dos objetos, o que se dá em geral com grande evidência e em apreciável concordância entre os membros da sociedade dada, essa harmonia entre a percepção e o pensamento tradicional, como também entre as mônadas, isto é, entre os sujeitos cognoscentes individuais, não é um fato metafísico acidental. O poder do bom senso, do *common sense,* para o qual não existe segredos, mais que isto, a validade geral das intuições[18] em campos que não estão diretamente relacionados com as lutas sociais, como é o caso das ciências naturais, é condicionado pelo fato de que o mundo-objeto *(Gegenstandswelt)* a ser julgado advém em grande medida de uma atividade determinada pelos mesmos pensamentos, graças à qual o poder é reconhecido e compreendido no indivíduo. Este fato é expresso na filosofia kantiana de forma idealista. Segundo Kant, a doutrina da sensibilidade meramente

[17] "sociedade *industrial*", na ed. de A. Schmidt. (N. dos T.)
[18] "validade geral das teses", na ed. de A. Schmidt. (N. dos T.)

passiva e do entendimento ativo amadurece a seguinte questão: donde o entendimento retira a previsão segura de, segundo as suas regras, se ocupar para todo o sempre do múltiplo que é dado na sensibilidade? Ele combate veementemente a tese de uma harmonia preestabelecida, de um "sistema de pré-formações da razão pura", na qual as regras certamente seriam inatas ao pensamento, de forma que os objetos teriam que se enquadrar nelas.[19] Sua explicação é a de que as aparências sensíveis do sujeito transcendental já estão portanto enformadas *(geformt)* através da atividade racional quando registradas pela percepção e julgadas com consciência.[20] Nos capítulos mais importantes da *Crítica da Razão Pura,* Kant tentou fundamentar com maior precisão essa "afinidade transcendental", essa determinidade *(Bestimmtheit)* subjetiva do material sensível, sobre a qual o indivíduo nada sabe.

De acordo com a própria intuição[21] kantiana, as partes principais da dedução e do esquematismo dos conceitos puros do entendimento aqui referidos trazem em si a dificuldade e a obscuridade, as quais podem estar ligadas ao fato de ele representar a atividade supra-individual, inconsciente ao sujeito empírico, apenas na forma idealista de uma consciência em si, de uma instância puramente espiritual. De acordo com a visão teórica geral, possível em sua época, ele considera a realidade não como produto do trabalho social, caótico em seu todo, mas individualmente orientado para objetivos certos. Onde Hegel já vê a astúcia de uma razão objetiva, pelo menos ao nível histórico, Kant vê "uma arte oculta nas profundidades da alma humana, cujo manejo verdadeiro nós dificilmente arrancaremos da natureza, colocando-a a descoberto diante dos olhos".[22] Em todo o caso ele compreendeu que, atrás da discrepância entre fato e teoria que o cientista experimenta em sua ocupação especializada, existe uma unidade profunda, a subjetividade geral de que depende a cognição *(Erkennen)* individual. A atividade social aparece como poder transcendental, isto é, como supra-sumo de fatores espirituais. A afirmação de Kant de que a eficácia desta atividade está envolvida por uma obscuridade, ou seja, apesar de toda a racionalidade é irracional, não deixa de ter um fundo de verdade. O modo burguês de economia não é orientado por nenhum planejamento nem é orientado conscientemente para um objetivo geral, apesar da perspicácia dos indivíduos concorrentes; a vida do todo resulta numa figura deformada, como que por acaso, mesmo assim sob enormes atritos. As dificuldades internas que acompanham os conceitos mais elevados da filosofia kantiana, principalmente o Eu da subjetividade transcendental, a apercepção pura ou original e a consciência em si testemunham a profundidade e sinceridade de seu pensamento. O duplo caráter destes conceitos kantianos, que mostram por um lado a máxima unidade e orientação, e, por outro lado, algo

[19] Cf. *Kritik der reinen Vernunft. Transzendentale Deduktion der reinen Verstandesbegriffe,* 2.ª ed., § 27, B 167. (N. do A.)

[20] *Ibid. Zur Deduktion der reinen Verstandesbegriffe,* 1.ª edição, 2. "Abschnitt, 4. Vorlaeufige Erklaerung der Moeglichkeit der Kategorien als Erkenntnisse a priori", A 110. (N. do A.)

[21] "Segundo o próprio Kant", na ed. de A. Schmidt. (N. dos T.)

[22] *Ibid. Von dem Schematismus der reinen Verstandesbegriffe,* B 181. (N. do A.)

de obscuro, de inconsciente, de intransparente, define exatamente a forma contraditória da atividade humana nos últimos tempos. A ação conjunta dos homens na sociedade é o modo de existência de sua razão; assim utilizam suas forças e confirmam sua essência. Ao mesmo tempo este processo, com seus resultados, é estranho a eles próprios; parece-lhes, com todo o seu desperdício de força de trabalho e vida humana, com seus estados de guerra e toda a miséria absurda, uma força imutável da natureza, um destino sobre-humano. Esta contradição é mantida na filosofia teórica de Kant, na sua análise da gnose. A problemática não solucionada da relação entre atividade e passividade, entre o *a priori* e o dado sensível, entre filosofia e psicologia, não é por isso uma insuficiência subjetiva mas, ao contrário, uma insuficiência necessariamente condicionada.[23] Hegel desvelou e desenvolveu essas contradições, mas por fim as concilia numa esfera espiritual mais elevada. Ao colocar o espírito absoluto como eminentemente real, Hegel se livrou do embaraço, do sujeito universal, que Kant havia afirmado, mas não conseguiu caracterizá-lo corretamente. Segundo ele, o universal já se desenvolveu adequadamente, e é idêntico àquilo que ocorre. A razão não precisa mais ser meramente crítica consigo mesma, ela se tornou afirmativa com Hegel antes mesmo de ser possível afirmar a realidade como racional. Em vista das contradições da existência humana, que continua efetivamente existindo, e em vista da debilidade dos indivíduos diante das situações criadas por eles próprios, esta solução aparece como uma afirmação privada, com o pacto de paz pessoal do filósofo com um mundo inumano.

A classificação de fatos em sistemas conceituais já prontos e a revisão destes através de simplificação ou eliminação de contradições é, como foi exposto acima, uma parte da *práxis* social geral. Sendo a sociedade dividida em classes e grupos, compreende-se que as construções teóricas mantêm relações diferentes com esta *práxis* geral, conforme a sua filiação a um desses grupos ou classes. Enquanto a classe burguesa ainda se encontra em formação sob uma ordem social feudal, a teoria puramente científica que surgia com ela tinha em relação à sua época uma tendência fortemente agressiva contra a forma antiga da *práxis*. No liberalismo ela caracterizou o tipo humano dominante. Hoje o desenvolvimento não é determinado tanto pelas existências médias que na sua concorrência são obrigadas a melhorar o aparelho material de produção e seus produtos, quanto pelas oposições em nível nacional e internacional de camarilhas de caciques *(Fuehrercliquen)* nos diversos escalões da economia e do Estado. Na medida em que o pensamento teórico não se relaciona com fins muito especiais ligados a essas lutas, sobretudo com a guerra e sua indústria, diminui o interesse por esse pensamento. Não se emprega mais tanta energia em formar e desenvolver a capacidade de pensar, independente de seu tipo de aplicação. Contudo, estas diferenças, às quais se poderiam juntar muitas outras, não impedem que uma função social positiva seja desempenhada pela teoria na sua figura tradicional, pela avaliação existente feita por meio de um instrumento tradicional de conceitos e juí-

[23] "insuficiência *materialmente (sachliche)* necessária", na ed. de A. Schmidt. (N. dos T.)

zos, ainda atuante na consciência mais simples, e, além disso, pela ação recíproca que ocorre entre os fatos e as formas teóricas por motivo das tarefas profissionais cotidianas. Desta atividade intelectual passaram a fazer parte as necessidades e fins, as experiências e habilidades, e os costumes e tendências da forma atual de ser humano. Como se fora um instrumento material de produção, ela representa, segundo as suas possibilidades, um elemento não só do presente, como também de um todo mais justo, mais diferenciado e culturalmente mais harmônico. No momento em que o pensamento teórico deixa de se adaptar conscientemente a interesses exteriores, estranhos ao objeto, e se atém efetivamente aos problemas tal como eles aparecem diante deste pensamento, em conseqüência do desenvolvimento da sua especialidade, que em conexão com isso lança novos problemas e modifica conceitos antigos onde isso se faz necessário, pode com direito ver as realizações na técnica e na indústria da época burguesa como sua legitimação e estar seguro de si mesmo. Sem dúvida o pensamento teórico compreende a si mesmo como hipótese e não como certeza. Mas este caráter hipotético é compensado de algum modo. A insegurança não é maior do que deve ser, se se leva em conta os meios intelectuais e técnicos existentes, que tem em geral sua utilidade comprovada, e a formulação de tais hipóteses, por mais reduzida que seja a sua probabilidade, é considerada inclusive uma realização socialmente necessária e valiosa, que de qualquer maneira não é em si hipotética. A formulação de hipóteses, a realização teórica em geral é um trabalho para o qual existe possibilidade fundamental de aplicação, isto é, tem uma demanda sob as condições sociais existentes. Na medida em que ele é pago abaixo do seu valor, ou não encontra demanda, a única coisa que lhe pode acontecer é compartilhar o destino de outros trabalhos concretos, possivelmente úteis, que sucumbem sob estas relações econômicas.[24] Estes trabalhos pressupõem contudo essas mesmas relações que fazem parte da totalidade do processo econômico, tal como ele se desenrola sob condições históricas determinadas. Isso não tem nada a ver com a questão de se os próprios esforços científicos, em sentido estrito, são produzidos ou não. Neste sistema existe uma demanda para um sem-número de produtos pretensamente científicos. Eles recebem honorários dos modos mais diversos, isto é, uma parte dos bens provenientes do trabalho efetivamente produtivo são gastos com eles, sem que isso altere um mínimo da sua própria produtividade. Os esforços inúteis de certos setores da atividade universitária como também a perspicácia vã, a formação, metafísica ou não, de ideologias, assim como outras necessidades provenientes da oposição das classes,[25] têm sua importância social sem corresponder efetivamente no período atual aos interesses de alguma maioria notável da sociedade. Uma atividade que contribui para a existência da sociedade na sua forma dada não precisa ser absolutamente produtiva, isto é, ser formadora de valor para uma empresa. Apesar disso ela não pode pertencer a esta ordem [social] e, com isso, torná-la possível, como é realmente o caso da ciência especializada.

[24] "que sucumbe sob esta *economia*", na ed. de A. Schmidt. (N. dos T.)
[25] "necessidades provenientes de *oposições sociais*", na ed. de A. Schmidt. (N. do T.)

Mas existe também um comportamento humano[26] que tem a própria sociedade como seu objeto. Ele não tem apenas a intenção de remediar quaisquer inconvenientes; ao contrário, estes lhe parecem ligados necessariamente a toda organização estrutural da sociedade. Mesmo que este comportamento provenha de estrutura social, não é nem a sua intenção consciente nem a sua importância objetiva que faz com que alguma coisa funcione melhor nessa estrutura. As categorias: melhor, útil, conveniente, produtivo, valioso, tais como são aceitas nesta ordem [social], são para ele suspeitas e não são de forma alguma premissas extra-científicas que dispensem a sua atenção crítica. Em regra geral o indivíduo aceita naturalmente como preestabelecidas as determinações básicas da sua existência, e se esforça para preenchê-la. Ademais ele encontra a sua satisfação e sua honra ao empregar todas as suas forças na realização das tarefas, apesar de toda a crítica enérgica que talvez fosse parcialmente apropriada, cumprindo com afã a sua parte. Ao contrário, o pensamento crítico não confia de forma alguma nesta diretriz, tal como é posta à mão de cada um pela vida social. A separação entre indivíduo e sociedade, em virtude da qual os indivíduos aceitam como naturais as barreiras que são impostas à sua atividade, é eliminada[27] na teoria crítica, na medida em que ela considera ser o contexto condicionado pela cega atuação conjunta das atividades isoladas, isto é, pela divisão dada do trabalho e pelas diferenças de classe, como uma função que advém da ação humana e que poderia estar possivelmente subordinada à decisão planificada e a objetivos racionais.

Para os sujeitos do comportamento crítico, o caráter discrepante cindido do todo social, em sua figura atual, passa a ser contradição consciente. Ao reconhecer o modo de economia vigente e o todo cultural nele baseado como produto do trabalho humano, e como a organização de que a humanidade foi capaz e que impôs a si mesma na época atual, aqueles sujeitos se identificam, eles mesmos, com esse todo e o compreendem como vontade e razão: ele é o seu próprio mundo. Por outro lado, descobrem que a sociedade é comparável com processos naturais extra-humanos, meros mecanismos, porque as formas culturais baseadas em luta e opressão não é a prova de uma vontade autoconsciente e unitária. Em outras palavras: este mundo não é o deles, mas sim o mundo do capital. Aliás a história não pôde até agora ser compreendida a rigor, pois compreensíveis são apenas os indivíduos e grupos isolados, e mesmo esta compreensão não se dá de uma forma exaustiva, uma vez que eles, por força da dependência interna de uma sociedade desumana, são ainda funções meramente mecânicas, inclusive na ação consciente. Aquela identificação é portanto contraditória, pois encerra em si uma contradição que caracteriza todos os conceitos da maneira de pensar crítica. Assim as categorias econômicas tais como trabalho, valor e produtividade são para ela exatamente o que são nesta ordem [social], e qualquer outra interpretação não passa de mau idealismo. Por outro lado, aceitar isso simplesmente apa-

[26] Este comportamento será denominado a seguir de comportamento "crítico". Mas é "crítico" não tanto no sentido da crítica idealista da razão pura como no sentido da crítica dialética da economia política. Este termo indica uma propriedade essencial da teoria dialética da sociedade. (N. do A.)

[27] "é *relativizada* na teoria crítica", na ed. de A. Schmidt. (N. dos T.)

rece como uma inverdade torpe: o reconhecimento crítico das categorias dominantes na vida social contém ao mesmo tempo a sua condenação. O caráter dialético desta autoconcepção do homem contemporâneo condiciona em última instância também a obscuridade da crítica kantiana da razão. A razão não pode tornar-se, ela mesma, transparente enquanto os homens agem como membros de um organismo irracional. Como uma unidade naturalmente crescente e decadente, o organismo não é para a sociedade uma espécie de modelo, mas sim uma forma apática do ser, da qual tem que se emancipar. Um comportamento que esteja orientado para essa emancipação, que tenha por meta a transformação do todo, pode servir-se sem dúvida do trabalho teórico, tal como ocorre dentro da ordem desta realidade existente. Contudo ele dispensa o caráter pragmático que advém do pensamento tradicional como um trabalho profissional socialmente útil.

O pensamento teórico no sentido tradicional considera, como foi exposto acima, tanto a gênese dos fatos concretos determinados como a aplicação prática dos sistemas de conceitos, pelos quais estes fatos são apreendidos, e por conseguinte seu papel na *práxis* como algo exterior. A alienação que se expressa na terminologia filosófica ao separar valor de ciência,[28] saber de agir, como também outras oposições, preservam o cientista das contradições mencionadas e empresta ao seu trabalho limites bem demarcados. Um pensamento que não reconheça esses limites parece perder suas bases. Que outra coisa poderia ser um método teórico, que em última instância não coincide com a determinação dos fatos dentro de sistemas conceituais diferenciados e bastante simplificados, além de um divertimento intelectual desorientado, em parte poesia racional, e em parte expressão impotente de estados de espírito? A investigação do condicionamento de fatos sociais assim como de teoria podem muito bem constituir um problema da pesquisa, inclusive um campo próprio do trabalho teórico, mas não se vê por que este tipo de estudo deveria ser fundamentalmente diferente dos outros esforços teóricos. A análise da ideologia ou a sociedade do saber, retiradas da teoria crítica da sociedade e estabelecidas como ramos particulares de pesquisa, não se encontram em oposição ao funcionamento normal da ciência ordenadora, nem quanto à sua essência nem em relação à sua ambição. Nisso a autognose do pensamento é reduzida à revelação das relações entre intuições[29] e posições sociais. A estrutura do comportamento crítico, cujas intenções ultrapassaram as da *práxis* social dominante, não está certamente mais próxima destas disciplinas sociais do que das ciências naturais. Sua oposição ao conceito tradicional de teoria não surge nem da diversidade dos objetos nem da diversidade dos sujeitos. Para os representantes deste comportamento, os fatos, tais como surgem na sociedade, frutos do trabalho, não são exteriores no mesmo sentido em que o são para o pesquisador ou profissional de outros ramos, que se imagina a si mesmo como pequeno cientista. Para os primeiros é importante uma nova organização do trabalho. Os fatos concretos que estão dados na percepção devem despojar-se do caráter de mera faticidade na medida em que forem compreendidos como produtos que, como

[28] "ao separar valor de *pesquisa*", na ed. de A. Schmidt. (N. dos T.)
[29] "das relações entre *posições intelectuais* e posições sociais" na ed. de A. Schmidt. (N. dos T.)

tais, deveriam estar sob o controle humano e que, em todo o caso, passarão futuramente a este controle.

O especialista "enquanto" cientista vê a realidade social e seus produtos como algo exterior e "enquanto" cidadão mostra o seu interesse por essa realidade através de escritos políticos, de filiação a organizações partidárias ou beneficentes e participação em eleições, sem unir ambas as coisas e algumas outras formas suas de comportamento, a não ser por meio da interpretação ideológica. Ao contrário, o pensamento crítico é motivado pela tentativa de superar realmente a tensão, de eliminar a oposição entre a consciência dos objetivos, espontaneidade e racionalidade, inerentes ao indivíduo, de um lado, e as relações do processo de trabalho, básicas para a sociedade, de outro. O pensamento crítico contém um conceito do homem que contraria a si enquanto não ocorrer esta identidade. Se é próprio do homem que seu agir seja determinado pela razão, a *práxis* social dada, que dá forma ao modo de ser *(Dasein)*, é desumana, e essa desumanidade repercute sobre tudo o que ocorre na sociedade. Sempre permanecerá algo exterior à atividade intelectual e material, a saber, a natureza como uma sinopse de fatos ainda não dominados, com os quais a sociedade se ocupa. Mas neste algo exterior incluem-se também as relações constituídas unicamente pelos próprios homens, isto é, seu relacionamento no trabalho e o desenrolar de sua própria história, como um prolongamento da natureza. Essa exterioridade não é contudo uma categoria supra-histórica ou eterna — isso também não seria a natureza no sentido assinalado aqui —, mas sim o sinal de uma impotência lamentável, e aceitá-la seria anti-humano e anti-racional.

O pensamento burguês é constituído de tal maneira que, ao voltar[30] ao seu próprio sujeito, reconhece com necessidade lógica o ego que se julga autônomo. Segundo a sua essência ele é abstrato, e seu princípio é a individualidade que, isolada dos acontecimentos, se eleva à condição de causa primeira do mundo ou se considera o próprio mundo. O oposto imediato a isso é a convicção que se julga expressão não problemática de uma coletividade, como uma espécie de ideologia da raça. O *nós* retórico é empregado a sério. O falar se julga o instrumento de todos. Na sociedade dilacerada do presente, este pensamento é, sobretudo em questões sociais, harmonicista e ilusionista. O pensamento crítico com sua teoria se opõe a ambos os tipos referidos. Ele não tem a função de um indivíduo isolado nem a de uma generalidade de indivíduos. Ao contrário, ele considera conscientemente como sujeito a um indivíduo determinado em seus relacionamentos efetivos com outros indivíduos e grupos, em seu confronto com uma classe determinada, e, por último, mediado por este entrelaçamento, em vinculação com o todo social e a natureza. Este sujeito não é pois um ponto, como o eu da filosofia burguesa; sua exposição *(Darstellung)* consiste na construção do presente histórico. Tampouco o sujeito pensante é o ponto onde coincidem sujeito e objeto, e donde se pudesse extrair por isso um saber absoluto. Esta aparência, da qual

[30] Na ed. de A. Schmidt, ao invés de *in der Rueckwendung*, que traduzimos por "ao voltar-se", consta *in der Reflexion* (na reflexão). (N. dos T.)

o idealismo tem vivido desde Descartes, é ideologia em sentido rigoroso; a liberdade limitada do indivíduo burguês aparece na figura de liberdade e autonomia perfeitas. Mas o eu, quer seja meramente pensante, quer atue de alguma outra forma, também não está seguro de si próprio numa sociedade intransparente e inconsciente. No pensamento sobre o homem, sujeito e objeto divergem um do outro; sua identidade se encontra no futuro e não no presente. O método que leva a isso pode ser designado clareza, de acordo com a terminologia cartesiana, mas esta clareza significa, no pensamento efetivamente crítico, não apenas um processo lógico, mas também um processo histórico concreto. Em seu percurso se modifica tanto a estrutura social em seu todo, como também a relação do teórico com a classe[31] e com a sociedade em geral, ou seja, modifica-se o sujeito e também o papel desempenhado pelo pensamento. A suposição da invariabilidade social da relação sujeito, teoria e objeto distingue a concepção cartesiana de qualquer tipo de lógica dialética.

Mas como se dá a conexão do pensamento com a experiência? Se não se trata apenas de ordenar, mas também de buscar os fins transcendentes deste ordenar, isto é, buscar a sua direção em si mesma, então — poder-se-ia concluir — ele permanece sempre em si mesmo, como na filosofia idealista. Se o pensamento crítico — pensa-se — não recorresse a fantasias utópicas, afogar-se-ia em querelas formalistas. A tentativa de legitimar objetivos práticos por meio de pensamentos teria sempre que fracassar. Se o pensamento não se conforma com o papel que lhe foi adjudicado pela sociedade existente, e se não faz teoria no sentido tradicional, ele recai necessariamente nas ilusões já superadas há muito. Esta reflexão comete o erro de entender o pensamento de modo especializado, isolado, e por isso espiritualista, tal como este ocorre sob as condições da atual divisão do trabalho. Na realidade social, a atividade de representação jamais se manteve restrita a si mesma, pelo contrário, sempre atuou como um momento dependente do processo do trabalho que tem, por sua vez, uma tendência própria. Através do movimento oposto de épocas e forças progressistas e retrógradas tende o processo de trabalho a preservar, elevar e desenvolver a vida humana. Nas formas históricas do modo de ser da sociedade, o excedente de bens produzidos na etapa alcançada beneficiou diretamente apenas um pequeno grupo de seres humanos, e essas condições de vida manifestaram-se também no pensamento e deixaram a sua marca na filosofia e na religião. No fundo sempre existiu o anseio de estender o desfrute à maioria; apesar de toda a conveniência material da organização de classe, todas as suas formas no fim se mostraram inadequadas. Os escravos, os servos e os cidadãos *(Buerger)* se livraram do jugo. Também este anseio modelou configurações culturais. Ao exigir de cada indivíduo que faça seus os fins da totalidade e que os reconheça nela depois, como tem ocorrido na história recente, existe a possibilidade de que a direção do processo social do trabalho, estabelecida sem teoria determinada e resultante de forças díspares, em cujas ocasiões críticas o desespero das massas foi momentaneamente decisivo, seja registrada na cons-

[31] "com a classe", omitido na ed. de A. Schmidt. (N. dos T.)

ciência e posta como meta. O pensamento não inventa estórias a partir de sua própria fantasia, antes exprime a sua própria função interior. Em seu percurso histórico os homens chegam à gnose do seu fazer e com isso entendem a contradição encerrada em sua existência. A economia burguesa estruturou-se de tal forma que os indivíduos, ao perseguirem a sua própria felicidade, mantenham a vida da sociedade. Contudo essa estrutura possui uma dinâmica em virtude da qual se acumula, numa proporção que lembra as antigas dinastias asiáticas, um poder fabuloso, de um lado, e, de outro, uma impotência material e intelectual. A fecundidade original dessa organização do processo vital se transforma em esterilidade e inibição. Os homens renovam com seu próprio trabalho uma realidade que os escraviza em medida crescente e os ameaça com todo tipo de miséria. A consciência dessa oposição não provém da fantasia, mas da experiência.[32]

No entanto, no que diz respeito ao papel da experiência, existe uma diferença entre a teoria tradicional e a teoria crítica. Os pontos de vista que a teoria crítica retira da análise histórica como metas da atividade humana, principalmente a idéia de uma organização social racional correspondente ao interesse de todos, são imanentes ao trabalho humano, sem que os indivíduos ou o espírito público os tenham presentes de forma correta. É necessário uma determinada direção do interesse para descobrir e assimilar essas tendências. Que essas são produzidas necessariamente no proletariado, a classe diretamente produtiva,[33] é o que mostram os ensinamentos de Marx e Engels. Devido a sua situação na sociedade moderna, o proletariado vivencia o nexo entre o trabalho que dá aos homens, em sua luta com a natureza, ferramentas cada vez mais poderosas, por um lado, e a renovação constante de uma organização obsoleta, que o faz cada vez mais miserável e impotente, por outro.[34] O desemprego, as crises econômicas, a militarização, os governos terroristas e o estado em que se encontram as massas, tal como os produtores vivenciam a todo instante,[35] não se baseiam de forma alguma na limitação do potencial técnico, como poderia ter ocorrido em épocas anteriores, mas sim nas condições inadequadas da produção atual. O emprego de todos os meios físicos e intelectuais de domínio da natureza é impedido pelo fato de esses meios, nas relações dominantes, estarem subordinados a interesses particulares e conflitivos. A produção não está dirigida à vida da coletividade nem satisfaz às exigências dos indivíduos mas está orientada à exigência de poder de indivíduos e se encarrega também da penúria na vida da coletividade. Isso resultou inevitavelmente da aplicação, dentro do sistema de propriedade dominante, do princípio progressista de que é suficiente que os indivíduos se preocupem apenas consigo mesmos.

Mas nesta sociedade tampouco a situação do proletariado constitui garantia para a gnose correta. Por mais que sofra na própria carne o absurdo da continua-

[32] "e os ameaça com todo tipo de miséria. A consciência desta oposição não provém da fantasia mas da experiência". Todo este trecho não aparece na ed. de A. Schmidt. (N. dos T.)

[33] "a classe diretamente produtiva", omitido na ed. de A. Schmidt. (N. dos T.)

[34] "que o faz cada vez mais miserável e impotente", não aparece na ed. de A. Schmidt. (N. dos T.)

[35] "tal como os produtores vivenciam a todo instante", omitido na ed. de A. Schmidt. (N. dos T.)

ção da miséria e do aumento, da injustiça, a diferenciação de sua estrutura social estimulada de cima, e a oposição dos interesses pessoal e de classe, superadas apenas em momentos excepcionais, impede que o proletariado adquira imediatamente consciência disso. Ao contrário, também para o proletariado o mundo aparece na sua superfície de uma outra forma. Uma atitude que não estivesse em condições de opor ao próprio proletariado os seus verdadeiros interesses e com isso também os interesses da sociedade como um todo, e, ao invés disso, retirasse sua diretriz dos pensamentos e tendências da massa, cairia numa dependência escrava da situação vigente. O intelectual que, numa veneração momentânea da força de criação do proletariado encontra sua satisfação em adaptar-se e em fazer apoteoses, não vê que qualquer poupança de esforços do seu pensamento e a recusa a uma oposição momentânea às massas, para as quais ele poderia levar os próprios pensamentos, faz com que estas fiquem massas mais cegas e fracas do que precisariam ser. Seu próprio pensamento faz parte do desenvolvimento das massas como um elemento crítico e estimulador. Submetendo-se totalmente às situações psicológicas respectivas da classe, que em si representa a força para a transformação, esse intelectual é levado ao sentimento confortador de estar ligado com um enorme poder e o conduz a um otimismo profissional. Mas quando este otimismo é abalado em períodos de duras derrotas, surge então o perigo para muitos intelectuais de caírem num pessimismo e num niilismo, igualmente profundos, tão exagerados como foi o seu otimismo. Não suportam o fato de que justamente o pensamento mais atualizado, o que compreende com mais profundidade o momento histórico e o que mais promete para o futuro, contribui em determinados períodos para o isolamento e abandono de seus representantes. Eles esqueceram a relação entre revolução e independência.[36]

Se a teoria crítica se restringisse essencialmente a formular respectivamente sentimentos e representações próprias de uma classe, não mostraria diferença estrutural em relação à ciência especializada; nesse caso haveria uma descrição de conteúdos psíquicos, típicos para um grupo determinado da sociedade, ou seja, tratar-se-ia de psicologia social. A relação entre ser e consciência é diferente nas diversas classes da sociedade. As idéias com as quais a burguesia explica a sua própria ordem — a troca justa, a livre concorrência, a harmonia dos interesses, etc. — mostram, se tomadas a sério e se, como princípios da sociedade, levadas até as últimas conseqüências, a sua contradição interna e com isso também a sua oposição a esta ordem. A simples descrição da autoconsciência burguesa não é suficiente para mostrar a verdade sobre sobre sua classe. Tampouco a sistematização dos conteúdos da consciência do proletariado fornece uma verdadeira imagem do seu modo de ser e dos seus interesses. Ela seria uma teoria tradicional caracterizada por uma problemática peculiar, e não a face intelectual do processo histórico de emancipação do proletariado. Isto também é válido, mesmo quando se deixam de lado as representações do proletariado em geral, para assumir e divulgar as representações de uma parte progressista dele, de um partido ou de

[36] Esta frase não consta na ed. de A. Schmidt. (N. dos T.)

uma direção. Registrar e classificar por meio de um aparato conceitual que esteja adaptado ao máximo aos fatos constitui, também nesse caso, a tarefa peculiar, e a previsão de futuros dados sócio-psicológicos aparece como a última meta do teórico. O pensamento, a formulação da teoria, seria uma coisa, enquanto que o seu objeto, o proletariado, seria outra. Contudo, a função da teoria crítica torna-se clara se o teórico e a sua atividade específica são considerados em unidade dinâmica com a classe dominada, de tal modo que a exposição das contradições sociais não seja meramente uma expressão da situação histórica concreta, mas também um fator que estimula e que transforma. O desenrolar do confronto entre os setores mais progressistas da classe e os indivíduos que exprimem a verdade dela, e além disso, o confronto entre esses setores inclusive os seus teóricos e o resto da classe, se entende com um processo de efeitos recíprocos, no qual a consciência desenvolve, junto com suas forças libertadoras, suas forças estimuladoras, disciplinadoras e violentas.[37] O vigor deste processo se manifesta na possibilidade constante de tensão entre o teórico e a classe, à qual se aplica o seu pensar. A unidade das forças sociais, das quais se espera a libertação é, em sentido hegeliano, ao mesmo tempo sua diferença: ela existe só como conflito, o qual ameaça constantemente os sujeitos nela envolvidos. Isso se torna evidente na pessoa do teórico; sua crítica é agressiva não apenas frente aos apologetas conscientes da situação vigente, como também frente a tendências desviacionistas, conformistas ou utópicas nas suas próprias fileiras.

A figura tradicional da teoria, da qual a lógica formal é uma parte, pertence ao processo de produção por efeito da divisão do trabalho em sua forma atual. O fato de a sociedade ter que se confrontar também em épocas futuras com a natureza não torna irrelevante essa técnica intelectual; ao contrário, essa técnica terá que ser desenvolvida ao máximo. A teoria como momento de uma *práxis* que conduz a novas formas sociais não é uma roda dentada de uma engrenagem em movimento. Se vitórias e derrotas constituem uma analogia vaga à confirmação ou invalidação de hipóteses na ciência, o teórico da oposição nem por isso tem a tranqüilidade de incluí-las na sua disciplina. Ele não pode fazer a si mesmo a exaltação que Poincaré[38] fez à acumulação de hipóteses que tiveram que ser rejeitadas. Sua vocação é a luta à qual pertence o seu pensamento; mas não um pensamento como algo autônomo e separável. No seu comportamento existem, sem dúvida, muitos elementos teóricos correntes: o conhecimento e prognóstico de fatos relativamente isolados, os juízos científicos e a formulação de problemas que se afastam dos elementos habituais devido aos seus interesses específicos. Contudo apresentam a mesma forma lógica. O que a teoria tradicional admite como existente, sem enganjar-se de alguma forma: seu papel positivo numa sociedade que funciona, a relação mediatizada e intransparente com a satisfação das necessidades gerais, a participação no processo renovador da vida da totalidade, inclusive as exigências com as quais a própria ciência não costuma se preocupar,

[37] "forças violentas" passaram a ser *"forças agressivas"*, na ed. de A. Schmidt. (N. dos T.)
[38] Cf. H. Poincaré, *idem*, p. 152.

porque seu preenchimento é identificado com a compensação e a confirmação através da posição do cientista, são questionados pelo pensamento crítico. A meta que este quer alcançar, isto é, a realização do estado racional, sem dúvida, tem suas raízes na miséria do presente. Contudo, o modo de ser dessa miséria não oferece a imagem de sua superação. A teoria que projeta essa imagem não trabalha a serviço da realidade existente; ela exprime apenas o seu segredo. Por mais exatamente que os equívocos e confusões possam a qualquer momento ser mostrados, por mais desastrosas que possam ser as conseqüências de erros, a direção do empreendimento, o próprio labor intelectual, por mais repleto de êxito que prometa ser, não sofre sanção do senso comum nem pode se apoiar nos hábitos. Outras teorias, porém, que testam a sua eficiência na construção de máquinas, inclusive nos filmes de sucesso, acabam tendo um consumo nitidamente definido, mesmo quando são elaboradas separadamente da sua aplicação, como a física teórica, e mesmo quando esse consumo consiste apenas no manejo dos sinais matemáticos, para com o qual a boa sociedade mostra, pela recompensa, o seu sentimento humanitário.

Contudo, quanto ao consumo no futuro, o que é assunto para o pensamento crítico, não existem tais exemplos. Apesar disso, a idéia *(Idee)* de uma sociedade futura como coletividade de homens livres, tal como seria possível em virtude dos meios técnicos existentes, tem um conteúdo que deve manter-se fiel apesar de todas as transformações. Essa idéia se reproduz constantemente sob a situação vigente, na forma de uma intelecção a respeito da possibilidade e do modo em que a dilaceração e irracionalidade podem ser eliminadas agora. Mas os fatos nela julgados, as tendências impulsionadoras no sentido de uma sociedade racional, não são produzidos fora do pensamento por forças exteriores a ele, em cujo produto pudesse reconhecer ocasionalmente a si próprio. Pelo contrário, o mesmo sujeito que quer impor os fatos de uma realidade melhor pode também representá-la. Desta coincidência enigmática entre o pensamento e o ser, entre entendimento e sensibilidade, entre necessidades humanas e sua satisfação dentro da economia caótica atual, coincidência que aparenta ser acidental na época burguesa, virá a ser em épocas futuras a relação entre a intenção racional e a realização. Na luta pelo futuro esta relação aparece de forma parcial, na medida em que uma vontade se relacione com a estruturação da sociedade como um todo e atue conscientemente na elaboração da teoria e da *práxis* que conduzem a este futuro. Na organização e comunidade dos combatentes aparece, apesar de toda a disciplina baseada na necessidade de se impor, algo da liberdade e espontaneidade do futuro. Onde a unidade entre disciplina e espontaneidade desapareceu, o movimento se transforma num assunto para a sua própria burocracia, um espetáculo que já entrou para o repertório da história recente.

No entanto a vitalidade atual do futuro almejado não constitui uma confirmação. Os sistemas conceituais do entendimento ordenador, as categorias, nos quais são registrados o inerte e o vivo, assim como processos sociais, psicológicos e físicos, a classificação dos objetos e juízos nas diversas disciplinas dos ramos particulares do conhecimento, tudo isso constitui o aparelho intelectual, tal como

é comprovado e ajustado em conexão com o processo real de trabalho. Este universo intelectual[39] constitui a consciência geral; ele tem uma base à qual os seus representantes podem recorrer. Também os interesses do pensamento crítico são universais, mas não são universalmente reconhecidos. Os conceitos que surgem sob sua influência são críticos frente ao presente. Classe,[40] exploração, mais-valia, lucro, pauperização, ruína são momentos da totalidade conceitual. O sentido não deve ser buscado na reprodução da sociedade atual, mas na sua transformação. Por isso para o modo de julgar dominante a teoria crítica aparece como subjetiva e especulativa, parcial e inútil, embora ela não proceda nem arbitrariamente nem ao acaso. Como ela contraria o modo de pensar existente que permite a continuidade do passado favorecendo os interesses da ordem ultrapassada, e se opõe aos garantes de um mundo partidário, a teoria crítica aparenta ser partidária e injusta.

Mas antes de tudo ela não pode mostrar um rendimento material. A transformação que a teoria crítica tenta realizar não é das que vão se impondo aos poucos de modo a ter um sucesso que, apesar de vagaroso, seja constante. O crescimento do número dos seus adeptos, a influência de alguns deles sobre os governos, a força daqueles partidos que a vêem com bons olhos ou que pelo menos não a proscrevem, tudo isto pertence aos reveses da luta para alcançar um grau mais alto de convivência humana, mas não constitui ainda o seu começo. Tais êxitos podem revelar-se posteriormente, inclusive como vitórias aparentes ou erros. Um método de adubagem na agricultura ou a aplicação de uma terapia na medicina podem estar longe de alcançar o efeito ideal, o que não significa que não possam ter algum resultado positivo. Talvez as teorias baseadas em tais experiências técnicas em relação com a respectiva *práxis* e com as descobertas em outros campos tenham que ser aprimoradas, revisadas ou rejeitadas; com isso seria poupado um grande *quantum* de trabalho em relação ao produto, e seriam curadas e aliviadas muitas doenças.[41] Ao contrário, a teoria que impulsiona a transformação do todo social tem como conseqüência a intensificação da luta com a qual está vinculada. Também quando alguns melhoramentos materiais eclodem da elevada força de resistência de determinados grupos, que surgem indiretamente da teoria, não se trata de setores da sociedade, de cuja expansão contínua resultaria a nova sociedade. Todas as representações sobre esse tipo de crescimento paulatino desconhecem a diversidade fundamental de um todo social dividido, no qual o poder material e ideológico tem a função de manter os privilégios contra a associação dos homens livres, na qual cada um tem as mesmas possibilidades de desenvolvimento. Esta idéia se diferencia da utopia[42] pela prova de sua possibilidade real fundada nas forças produtivas humanas desenvolvidas.[43] Quantos esforços foram necessários para se chegar a ela, quantas etapas foram ultrapassadas, e como

[39] "este universo *de conceitos*", na ed. de A. Schmidt. (N. dos T.)
[40] Na ed. de A. Schmidt foi introduzido: "As categorias marxistas". (N. dos T.)
[41] De modo semelhante ocorre com as intelecções econômicas e técnico-financeiras e seu aproveitamento pela política econômica. (N. do A.)
[42] "utopia *abstrata*", na ed. de A. Schmidt. (N. dos T.)
[43] Na ed. de A. Schmidt consta: "fundada *no estado atual* das forças produtivas humanas". (N. dos T.)

pode ter sido desejada e valiosa cada etapa em si — o significado histórico desses esforços e etapas para a idéia só será conhecido depois de sua efetivação. Este pensamento tem algo em comum com a fantasia. Trata-se de fato de uma imagem do futuro, surgida da compreensão profunda do presente: determinar em tais períodos os pensamentos e ações nos quais o desenrolar das coisas aparenta afastar-se dessa imagem; e antes justificar qualquer doutrina do que a crença na sua realização. A arbitrariedade e a suposta independência não são próprias deste pensamento, mas sim a tenacidade da fantasia. Cabe ao teórico introduzir essa tenacidade nos grupos mais avançados das camadas dominadas, pois é justamente dentro dessas camadas que esses grupos se encontram ativos.[44] Também não reina harmonia nestas relações. Se o teórico da classe dominante alcança, talvez, depois de muito esforço inicial, uma posição relativamente segura, o teórico que se encontra em oposição é considerado às vezes como inimigo e criminoso, às vezes como utopista e alienado do mundo, e a discussão em torno dele não terá um resultado definitivo nem após a sua morte. O significado histórico do seu trabalho não se estabelece por si mesmo; ao contrário, depende do fato de que atuem por ele e o defendam. Esse significado não faz parte da figura histórica acabada.

A capacidade de pensar, na forma exigida na *práxis* cotidiana, tanto pela vida da sociedade como pela ciência, foi desenvolvida no decorrer dos séculos no homem por meio de uma educação realista; uma falha aqui traz sofrimentos, fracassos e castigos. Esse modo de comportamento intelectual consiste essencialmente em conhecer as condições para o surgimento de um efeito, que sempre surgiu sob os mesmos pré-requisitos que em algumas circunstâncias podem ser provocadas de forma autônoma. Existe uma instrução intuitiva *(Anschauungsunterricht)* através de experiências boas e más e do experimento organizado. Aqui se trata da preservação individual e imediata da vida humana, e os homens tiveram oportunidade na sociedade burguesa de desenvolver uma sensibilidade para isso. A gnose, neste sentido tradicional, e inclusive qualquer tipo de experiência estão contidos na teoria e na *práxis* crítica. Mas, no que se refere à transformação essencial, inexiste a percepção concreta correspondente enquanto essas transformações não ocorram de fato. Se o teste do pudim é comê-lo, então está claro que ainda está por vir.[45] A comparação com acontecimentos históricos similares só é possível de um modo muito condicionado. Por isso o pensamento construtivo comparado com a experiência empírica desempenha na totalidade dessa teoria um papel mais importante do que no senso comum. Este é um dos motivos por que, nas questões que se referem à sociedade como um todo, pessoas que nas ciências particulares e nos diversos ramos profissionais demonstram capacidade de realização, podem, apesar da boa vontade, mostrar-se limitadas e incapazes.

[44] Na ed. de A. Schmidt foi omitido: "das camadas dominadas porque é justamente dentro destas camadas que estes grupos se encontram ativos". (N. dos T.)

[45] Horkheimer faz aqui alusão ao provérbio inglês *The proof of the pudding is in the eating,* citado por Engels na Introdução à 1.ª edição inglesa de *O Desenvolvimento do Socialismo Utópico ao Científico.* (N. dos T.)

Ao contrário, sempre que transformações sociais estavam prestes a ocorrer, as pessoas que pensavam "demais" foram consideradas perigosas. Isso nos leva ao problema da *intelligentsia,* na sua relação com a sociedade como um todo.

O teórico, cujo único interesse consiste em acelerar o desenvolvimento que deve levar à sociedade sem exploração, pode encontrar-se numa situação contrária aos pontos de vista que, como foi exposto acima, predominam justamente entre os explorados.[46] Sem a possibilidade desse conflito não seria necessária nenhuma teoria; ela seria algo espontâneo naqueles que dela necessitassem. O conflito não tem necessariamente nada a ver com a situação de classe individual do teórico; não depende da forma da sua renda. Engels foi um *businessman!* Na sociologia, que não retira o seu conceito de classe da crítica da economia, mas das suas próprias observações não é a fonte de renda nem o conteúdo dos fatos da teoria que determinam a situação social do teórico, mas o elemento formal da educação. A possibilidade de uma visão maior, não como a dos magnatas industriais que conhecem o mercado mundial e dirigem países inteiros por trás dos bastidores, mas a visão de professores universitários, funcionários públicos, médicos, advogados, etc., deve constituir uma *intelligentsia,* ou seja, uma camada social especial ou mesmo uma camada supra-social. O caráter essencial desse conceito sociológico será o pairar sobre as classes, uma espécie de qualidade excepcional da *intelligentsia,* da qual ela se orgulha;[47] enquanto que a tarefa do teórico crítico é superar[48] a tensão entre a sua compreensão e a humanidade oprimida, para a qual ele pensa. A neutralidade dessa teoria corresponde ao autoconhecimento abstrato do cientista. O modo como saber aparece no consumo burguês do liberalismo, isto é, como um conhecimento que pode ser aproveitado, em circunstâncias dadas, independente do que se trata, também é compendiado teoricamente por essa sociologia. Marx e Mises, Lênin e Liefmann, Juarès e Jevons são colocados sob uma rubrica sociológica, se é que não deixamos os políticos completamente de lado, e no papel de possíveis discípulos eles são contrapostos aos politólogos, aos sociólogos e aos filósofos como aos que sabem. Os políticos devem aprender a aplicar "tais ou tais meios", quando assumem "tais ou tais posições". Eles devem também aprender a ajustar as suas decisões práticas à "coerência interna".[49] Entre os homens que influenciam o desenrolar da história em suas lutas sociais, e o diagnosticador sociológico que lhes aponta onde devem atuar, surge uma divisão do trabalho.

A teoria crítica está em contradição com o conceito formalístico do espírito, no qual se baseia tal representação de *intelligentsia.* Segundo ela existe só uma verdade e os predicados positivos de lealdade e coerência interna, racionalidade,

[46] Na ed. de A. Schmidt foram substituídas as palavras "exploração" e "explorados", que aparecem nesta frase como "injustiça" e "proletariado", respectivamente. (N. dos T.)

[47] O autor alude aqui e no parágrafo seguinte à "sociologia do saber" de Karl Mannheim, que trata da situação específica e do modo de pensar da *Intelligentsia* na época burguesa. (N. de A. Schmidt.)

[48] "Enquanto a tarefa do teórico crítico é *diminuir* a tensão", na ed. de A. Schmidt. (N. dos T.)

[49] Max Weber, "Wissenschaft als Beruf", *Gesammelte Aufsaetze zur Wissenschaftslehre,* Tuebingen, 1922, pp. 549-550. (N. do A.)

anseio de paz, liberdade e felicidade não podem ser atribuídos no mesmo sentido a qualquer outra teoria e *práxis*. Não existe teoria da sociedade nem mesmo a teoria do sociólogo generalizador, que não inclua interesses políticos, e por cuja verdade, ao invés de manter-se numa reflexão aparentemente neutra, não tenha que se decidir ao agir e pensar, ou seja, na própria atividade histórica concreta. É inconcebível que o intelectual pretenda previamente realizar, ele próprio, um trabalho intelectual difícil, para só depois poder decidir entre metas e caminhos revolucionários, liberais ou fascistas. Há décadas a situação não é mais propícia para isso. A vanguarda necessita de perspicácia para a luta política e não de lições acadêmicas sobre a sua pretensa posição social. Ainda mais agora que mesmo as forças libertadoras da Europa estão desorientadas e tentam organizar-se de novo, que tudo depende de nuanças dentro do próprio movimento, que a indiferença frente a determinados conteúdos, proveniente da derrota, desespero e burocracia corrupta, ameaça aniquilar toda espontaneidade, experiência e conhecimento das massas, apesar de seu heroísmo, [50] a concepção abstrata e suprapartidária da *intelligentsia* significa uma versão dos problemas que nada mais faz que ocultar as questões decisivas. O espírito é liberal. Ele não suporta coação externa nem adaptação de seus resultados aos caprichos de um poder qualquer. Todavia o espírito não está separado da vida da sociedade, não paira sobre ela. Na medida em que a tendência à autodeterminação e ao domínio do homem, tanto de sua própria vida como da natureza, é imanente ao espírito, este está em condições [51] de divisar essa tendência como força atuante na história. Considerar isoladamente a constatação dessa tendência aparece como uma atitude imparcial, mas assim como o espírito não pode reconhecer essa tendência sem estar interessado de alguma forma, não consegue também transformá-la em consciência geral sem luta real. Nesse sentido o espírito não é liberal. Os esforços do pensamento não conectados conscientemente com uma *práxis* determinada e aplicados aqui e ali, conforme as tarefas que se alternam entre acadêmicos e outras e que fomentadas prometem êxito, podem ser de grande utilidade para essa ou aquela tendência histórica. Contudo os esforços do pensamento podem, apesar da exatidão formal, inibir e desviar o desenvolvimento intelectual. Afinal que construção teórica, por mais equivocada que seja, não pode preencher o requisito de exatidão formal! O conceito abstrato, fixado como categoria sociológica, de uma *intelligentsia* que, além de tudo, deve preencher funções missionárias, faz parte, segundo a sua estrutura, da *hypóstasis* da ciência particular. A teoria crítica não está nem "enraizada" como a propaganda totalitária nem é "livre-flutuante" como a *intelligentsia* liberal.

Da diversidade de função entre o pensamento tradicional e o pensamento crítico resultam as diferenças na estrutura lógica. As proposições mais elevadas da teoria tradicional definem conceitos universais que devem abranger todos os fatos de um campo determinado, como, por exemplo, na física, o conceito de um

[50] "heroísmo de alguns", na ed. de A. Schmidt. (N. dos T.)

[51] Na ed. de A. Schmidt: "Na medida em que ele (o espírito) objetiva a autonomia e o domínio do homem, tanto de sua própria vida como da natureza, está em condições. . ." (N. dos T.)

processo físico, ou, na biologia, o conceito de um processo orgânico. Entre esses conceitos existe uma hierarquia de gêneros e espécies que mantém subordens em todas as esferas em relações correspondentes. Os fatos são casos isolados, são exemplares ou incorporação dos gêneros. Não existem diferenças cronológicas entre as unidades do sistema. A eletricidade não existe antes do campo elétrico nem o campo elétrico existe antes da eletricidade, tanto quanto o leão como tal não preexiste nem surge depois dos leões particulares. Se no conhecer individual pode existir uma ou outra ordem cronológica destas relações, de qualquer maneira nunca ocorrem do lado dos objetos. A física deixou de conceber os traços mais gerais dos fatos concretos como causas ou forças ocultas e abandonou também as *hypóstases* das relações lógicas; apenas na sociologia reina ainda confusão a respeito. Alterações no sistema, seja a introdução de novos gêneros, seja outra qualquer, não são concebidas costumeiramente no sentido de que as determinações são necessariamente rígidas e por isso inadequadas. Nem tampouco as alterações do sistema são concebidas como resultado da alteração da relação com o objeto ou mesmo dentro do próprio objeto, sem que este perca sua identidade. Ao contrário, as alterações são tomadas como uma falha do nosso conhecimento anterior ou como substituição de partes isoladas do objeto por outras, como, por exemplo, um mapa desatualiza-se pela derrubada de matas, pelo surgimento de novas cidades ou pela modificação de limites. É dessa maneira também que o desenvolvimento dinâmico é compreendido pela lógica discursiva ou lógica do entendimento. Dizer este ser humano é agora uma criança e depois será um adulto implica para esta lógica afirmar que existe um único núcleo imutável: "este ser humano"; ambas as qualidades de *ser criança* e *ser adulto* são grampeadas nele, uma após outra. Segundo o positivismo, não permanece absolutamente nada idêntico; ao contrário, primeiro existe uma criança, depois um adulto, ambos constituem dois complexos de fatos diferentes. Esta lógica não está em condições de compreender que o homem se transforma e apesar disso permanece idêntico a si mesmo.

A teoria crítica começa igualmente com determinações abstratas; ela começa com a caracterização de uma economia baseada na troca, pois se ocupa com a época atual.[52] Os conceitos que surgem em seu início, tais como mercadoria, valor, dinheiro,[53] podem funcionar como conceitos genéricos pelo fato de considerar as relações na vida social concreta como relações de troca, e de se referir aos bens a partir de seu caráter de mercadoria. Mas a teoria não se exaure pelo simples fato de relacionar os conceitos com a realidade pela mediação de hipóteses. O começo já esboça o mecanismo social, que, apesar do princípio anárquico da sociedade burguesa, não a deixa perecer imediatamente após a abolição dos regulamentos feudais, do sistema corporativo e da servidão nas glebas; ao contrário, a sociedade burguesa sobrevive por força deste mecanismo. A teoria crítica

[52] A respeito da estrutura lógica da crítica da economia política compare com "Zum Problem der Wahrheit" (Sobre o Problema da Verdade), *Zeitschrift fuer Sozialforschung*, ano IV, 1935, pp. 344 e s. como também pp. 351 e s. (N. do A.)
[53] "Os conceitos que surgem *com Marx*", na ed. de A. Schmidt. (N. dos T.)

demonstra o efeito regulador da troca na qual a economia burguesa está baseada. A concepção de um processo entre a sociedade e a natureza, que também é importante aqui, a idéia de um período histórico unitário da sociedade, sua autopreservação, etc. nascem de uma análise rigorosa de desenrolar histórico. Essa análise é dirigida pelo interesse no futuro. A relação dos primeiros nexos conceituais com o mundo dos fatos não é essencialmente a mesma relação dos gêneros e exemplares. A relação de troca, caracterizada por essa análise, domina a realidade social devido à dinâmica inerente à relação de troca, da mesma forma que o metabolismo domina amplamente os organismos vegetais e animais. Também na teoria crítica devem ser introduzidos elementos específicos, para que, partindo dessa estrutura básica, se chegue à realidade diferenciada. Mas a introdução de determinações novas, digamos, a acumulação de ouro, a expansão da economia, em espaços da sociedade ainda feudais,[54] o comércio exterior, não é conseqüência de dedução simples, como acontece na teoria encerrada na sua própria especialização. Ao contrário, todo passo teórico faz parte do conhecimento do homem e da natureza que se encontra à disposição nas ciências e na experiência histórica. No que se refere aos ensinamentos da técnica industrial, isto é evidente. Mas também o conhecimento diferenciado dos modos da ação humana retirados de outros campos encontram uma aplicação no desenvolvimento intelectual aqui mencionado. Por exemplo, a tese de que, sob determinadas condições, as camadas mais baixas da sociedade são as que têm mais crianças desempenha um papel importante como prova de que a sociedade burguesa baseada na troca leva necessariamente ao capitalismo com exército de reserva[55] e crises. A fundamentação psicológica dessa tese fica entregue às ciências tradicionais. A teoria crítica da sociedade começa portanto com a idéia da troca simples de mercadorias, idéia esta determinada por conceitos relativamente universais. Tendo como pressuposto a totalidade do saber disponível e a assimilação do material adquirido através da pesquisa própria ou de outrem, mostra-se então como a economia de troca, dentro das condições humanas e materiais dadas, e sem que os próprios princípios expostos pela economia fossem transgredidos, deve conduzir necessariamente ao agravamento das oposições sociais, o que leva a guerras e a revoluções na situação histórica atual.

O sentido da necessidade referida aqui, assim como o sentido da abstratividade dos conceitos, é ao mesmo tempo semelhante aos respectivos traços da teoria tradicional e deles dissemelhante. Em ambos os tipos de teoria o rigor da dedução dos pensamentos repousa sobre a clareza que traz para a questão de como a afirmação da conveniência de determinações universais inclui a afirmação da conveniência de certas relações fatuais. Quando ocorre um fenômeno elétrico, devem ocorrer também essas e aquelas condições por que estas e aquelas características pertencem ao conceito de eletricidade. A teoria crítica da sociedade contém de fato este tipo de necessidade na medida em que desenvolve a situação

[54] "em espaços da sociedade ainda *pré-capitalistas*, na ed. de A. Schmidt. (N. dos T.)
[55] "exército *industrial* de reserva", na ed. de A. Schmidt. (N. dos T.)

atual a partir do conceito da troca simples, mas com a ressalva de ser relativamente indiferente à forma hipotética geral. O acento não é colocado no fato de que, onde domina a sociedade baseada na troca simples, o capitalismo sempre se desenvolverá necessariamente, ainda que isso seja verdade, mas na simples dedução desta sociedade capitalista real — que partiu da Europa e se estendeu pelo mundo todo, e para a qual a teoria reclama a sua validade —, dedução que parte, exclusivamente, da relação básica da troca. Enquanto os juízos categóricos possuem no fundo um caráter hipotético, e juízos existenciais *(Existenzialurteile)*, se é que aparecem, são admitidos apenas em capítulos próprios, em partes descritas e práticas,[56] a teoria crítica da sociedade em seu todo é um único juízo existencial desenvolvido. Formulado em linhas gerais, este juízo existencial afirma que a forma básica da economia de mercadorias, historicamente dada e sobre a qual repousa a história mais recente, encerra em si as oposições internas e externas dessa época, e se renova continuamente de uma forma mais aguda e, depois de um período de crescimento, de desenvolvimento das forças humanas, de emancipação do indivíduo, depois de uma enorme expansão do poder humano sobre a natureza, acaba emperrando a continuidade do desenvolvimento e leva a humanidade a uma nova barbárie. Os passos isolados do pensamento dentro dessa teoria possuem, pelo menos em sua intenção, o mesmo rigor que as deduções dentro da teoria de uma ciência especializada. Cada passo consiste num momento da constituição daquele juízo existencial de amplo alcance. As partes isoladas da teoria crítica da sociedade podem transformar-se em juízos hipotéticos universais ou particulares, e ser utilizados no sentido da teoria tradicional, como, por exemplo: com o aumento da produtividade, o capital se desvaloriza constantemente. Deste modo surgem em algumas partes da teoria proposições que têm uma relação difícil com a realidade. Pois, se a exposição de um objeto unitário é verdadeira na sua totalidade, o acerto na aplicação de algumas partes separadas dela em sua isolação de partes isoladas do objeto depende de condições muito especiais. A problemática que resulta da aplicação de proposições parciais da teoria crítica a processos únicos e repetitivos da sociedade atual estabelece a junção da teoria crítica com as realizações do pensamento tradicional. Esta problemática atende a um fim progressista, mas não corresponde à verdade da teoria crítica. A incapacidade das ciências especializadas, principalmente da economia política contemporânea, de se valer da teoria crítica no estudo fragmentário das suas questões não está nem nestas nem na teoria crítica em si, mas nos diferentes [57] papéis que desempenham na realidade efetiva.

Também a teoria crítica e oposicionista, como foi exposto acima, deduz de conceitos gerais básicos as suas afirmações sobre relações reais, deixando trans-

[56] Entre as formas de juízos e os períodos históricos existem conexões que esboçaremos aqui em poucas palavras. O juízo categórico é típico da sociedade pré-burguesa: esse juízo não permite nenhuma alteração do mundo por parte do homem. As formas hipotética e disjuntiva de juízo estão intimamente ligadas ao mundo burguês: em determinadas circunstâncias pode aparecer um certo efeito, dessa ou daquela forma. A teoria crítica afirma: isso não tem que ser necessariamente assim, os homens podem mudar o ser, e as circunstâncias já existem. (N. do A.)

[57] "mas nos papéis *específicos*", na ed. de A. Schmidt. (N. dos T.)

parecer essas relações como necessárias. Se do ponto de vista da necessidade lógica os dois tipos de estrutura teórica são semelhantes, surgirá no entanto uma divergência no momento em que deixarmos de falar de necessidade lógica para falar de necessidade das próprias coisas, isto é, para falar de necessidade do desenrolar dos fatos. A afirmação do biólogo de que uma planta tem que fenecer devido a processos imanentes, e de que certos processos inerentes ao organismo humano o conduzem necessariamente à sua morte, não deixa claro, se uma interferência qualquer pode influenciar o caráter desses processos ou modificá-los totalmente. Também no caso de uma doença ser diagnosticada como curável, a circunstância de que serão efetivamente tomadas medidas correspondentes é uma questão considerada como exterior à própria coisa, isto é, pertinente à técnica, e por isso considerada na teoria como uma seqüência de acontecimentos não essenciais. A necessidade que domina a sociedade poderia ser vista, nesse sentido, como biológica e, com isto, poder-se-ia questionar o caráter específico da teoria crítica, pois, na biologia e em outras ciências naturais, são construídos teoricamente processos isolados de modo semelhante à teoria crítica da sociedade, como foi mostrado acima. Assim, o desenvolvimento da sociedade seria considerado uma seqüência de acontecimentos determinados, para cuja exposição seriam buscados os resultados dos mais diferentes campos, como, por exemplo, o médico tem que utilizar resultados de outros ramos científicos para explicar a evolução de uma doença, ou o geólogo, na pesquisa da pré-história da terra. A sociedade aparece aqui como um indivíduo julgado pelas teorias científicas especializadas.

Por mais que possa existir momentaneamente analogia entre esses esforços intelectuais, persiste contudo uma diferença decisiva no que se refere à relação entre sujeito e objeto, e com isso também quanto à necessidade do acontecimento julgado. A própria teoria do cientista especializado não toca de forma alguma o assunto com o qual tem a ver, o sujeito e o objeto são rigorosamente separados, mesmo que se mostre que o acontecimento objetivo venha a ser influenciado posteriormente pela ação humana direta, o que é considerado também na ciência como um fato. O acontecimento objetivo é transcendente à teoria, e a necessidade do conhecimento consiste na independência deste face à teoria: o observador como tal não pode modificar nada no acontecimento. O comportamento crítico consciente faz parte do desenvolvimento da sociedade. A construção do desenrolar histórico, como produto necessário de um mecanismo econômico, contém o protesto contra esta ordem inerente ao próprio mecanismo, e, ao mesmo tempo, a idéia de autodeterminação do gênero humano, isto é, a idéia de um estado onde as ações dos homens não partem mais de um mecanismo, mas de suas próprias decisões. O juízo sobre a necessidade da história passada e presente implica na luta para a transformação da necessidade cega em uma necessidade que tenha sentido. O fato de se aceitar um objeto separado da teoria significa falsificar a imagem, e conduz ao quietismo e ao conformismo. Todas as suas partes pressupõem a existência da crítica e da luta contra o estabelecido, dentro da linha traçada por ela mesma.

Não foi sem razão, embora também não com todo o direito, que os epistemó-

logos oriundos da física, estigmatizaram a troca de *causa* por *efeito de forças*, e por fim trocaram o conceito de *causa* pelo de *condição* ou função. O pensamento meramente registrador vê unicamente seqüências de aparências, mas nunca forças e antiforças, o que sem dúvida não é obra da natureza, mas é próprio desse tipo de pensamento. Se se aplica este tipo de procedimento à sociedade, têm-se como resultado a estatística e a sociologia descritiva, que podem ser importantes para qualquer finalidade, inclusive para a teoria crítica. Para a ciência tradicional o caráter necessário e decisivo é tudo ou nada, entendendo-se esta necessidade como a independência do observador ou como a possibilidade absoluta de certas prognoses. Contudo, no momento em que o sujeito pensante como tal não se isola radicalmente das lutas sociais, das quais participa de alguma forma, e que não considera mais sujeito cognoscente e sujeito atuante[58] como dois conceitos isolados, o termo necessidade passa a ter um outro sentido. Na medida em que a necessidade não-dominada se opõe ao homem, é considerada por um lado, como reino da natureza, que não desaparecerá jamais apesar das muitas conquistas que ainda devem ser feitas, e, por outro, essa necessidade é considerada como a impotência da sociedade passada e presente de lutar contra essa natureza, como uma organização consciente e adequada. Aqui estão, subentendidas força e antiforça. Os dois momentos desse conceito da necessidade que estão reciprocamente relacionados, poder da natureza e impotência humana, baseiam-se no esforço vivido pelo próprio homem de se libertar da imposição da natureza e das formas da vida social transformadas em amarras, e de se libertar da ordem jurídica, política e cultural. Esses momentos fazem parte de uma aspiração efetiva a uma situação onde a vontade dos homens possui também um caráter necessário e onde a necessidade da coisa se torna a necessidade de um acontecimento controlado racionalmente. A aplicação[59] e mesmo a compreensão deste ou daquele conceito da forma crítica de pensar estão ligadas à própria atividade e ao esforço, isto é, à experiência de uma vontade no sujeito cognoscente. A tentativa de se remediar a compreensão precária de tais idéias e do modo de seus encadeamentos por meio da mera intensificação da sua concisão lógica, da criação de definições aparentemente mais exatas e até de uma "linguagem uniforme", tem obrigatoriamente que fracassar. Não se trata de uma má compreensão, mas de uma oposição efetiva de modos diferentes de comportamento. O conceito da necessidade na teoria crítica é, ele mesmo, crítico; ele pressupõe o conceito de liberdade ainda que seja uma não existente. A representação de uma liberdade sempre existe, mesmo que os homens estejam escravizados, ou seja, a representação de uma mera liberdade interior pertence ao modo de pensamento idealista. A tendência desta idéia não totalmente destituída de verdade, mas distorcida, foi mostrada da forma mais clara pelo jovem Fichte: "Estou totalmente convencido de que a vontade humana é livre e de que o fim da nossa existência não é a felicidade, mas apenas ser digno dela."[60] A identidade do mau com o ruim parece

[58] "não considera mais *conhecer e atuar*", na ed. de A. Schmidt. (N. dos T.)
[59] "A aplicabilidade", na ed. de A. Schmidt. (N. dos T.)
[60] J. G. Fichte, *Briefwechsel*, edit. por H. Schulz, T. t. I, Leipzig, 1925, p. 127. (N. do A.)

aqui nas escolas e correntes metafísicas radicalmente opostas. A afirmação da necessidade absoluta do acontecer significa, em última instância, o mesmo que a afirmação da liberdade real no presente: a resignação na *práxis*.

A incapacidade de se pensar teoria e *práxis* como unidade e a restrição do conceito de necessidade ao ocorrer fatalista se baseiam, do ponto de vista gnosiológico, na *hypóstasis* do dualismo cartesiano entre pensar e ser. Esse dualismo é adequado à natureza e à sociedade burguesa, na medida em que ele próprio se iguala a um mecanismo natural. A teoria que se torna poder real, a autoconsciência dos sujeitos que promovem uma grande revolução histórica, supera a mentalidade característica deste dualismo. Na medida em que os cientistas não têm o dualismo apenas na cabeça, mas o levam a sério, não podem atuar com autonomia. Conforme os seus próprios pensamentos, eles executam apenas o que o nexo causal da realidade, fechado em si mesmo, determina, ou consideram apenas unidades individuais de valor estatístico, onde a unidade individual não desempenha papel algum. Como seres racionais são isolados e impotentes. O reconhecimento deste fato constitui o primeiro passo de sua supressão, mas este fato só entra para a consciência burguesa na figura metafísica e a-histórica. Seu domínio da realidade se dá por meio da crença na imutabilidade da forma social. Na sua reflexão os homens se consideram meros espectadores, participantes passivos de um enorme acontecimento que talvez possa ser previsto, mas de forma alguma dominado. Não conhecem necessidades no sentido de ocorrências que são impostas por alguém, mas apenas aquelas que são pré-calculadas com probabilidade. Os entrelaçamentos entre vontade e pensamento, entre opinião e ação, quando admitidos, como acontece em algumas partes da sociologia mais recente, são aceitos apenas sob o aspecto de uma complexidade apreciável do objeto. É necessário relacionar todas as teorias existentes às tomadas práticas de posição e às camadas sociais correspondentes. O sujeito se safa, pois não tem outro interesse senão a ciência.

A hostilidade que reina hoje em dia na opinião pública a qualquer teoria se orienta na verdade contra a atividade modificadora ligada ao pensamento crítico. Se o pensamento não se limita a registrar e classificar as categorias da forma mais neutra possível, isto é, não se restringe às categorias indispensáveis à *práxis* da vida nas formas dadas, surge imediatamente uma resistência. Para a grande maioria dos dominados prevalece o medo inconsciente de que o pensamento teórico, faça aparecer como equivocada e supérflua a acomodação deles à realidade, o que foi conseguido com tanto esforço. Da parte dos aproveitadores se levanta a suspeita geral contra qualquer tipo de autonomia intelectual. A tendência de se conceber a teoria como o oposto à positividade é de tal força que inclusive a inofensiva teoria tradicional é às vezes atingida por isso. A teoria crítica da sociedade, por ser a forma mais avançada do pensamento no presente, e pelo fato de qualquer esforço intelectual conseqüente, preocupado com as questões humanas, desembocar analogamente na teoria crítica, a teoria em geral passa a ser desacreditada. Também qualquer outro enunciado científico que não faça referência a fatos nas categorias mais usuais e mesmo nas formas mais neutras

possíveis, nas formas da matemática, são acusadas de ser "teóricas demais". Essa atitude positivista não precisa ser necessariamente hostil ao progresso. Se, diante do agravamento dos conflitos de classe nas últimas décadas, a classe dominante tem que confiar cada vez mais no aparato real de poder, a ideologia constitui um elemento unificador da enorme estrutura social que não pode ser subestimado. No lema de limitar-se aos fatos e de abandonar todo tipo de ilusão esconde-se até nos dias de hoje a reação contra a coligação entre opressão e metafísica. Seria entretanto um erro desconhecer a diferença enorme[61] entre o iluminismo empírico do século XVIII e a atualidade. Naquele período histórico uma nova sociedade se desenvolvera dentro da antiga. A questão era de libertar a economia burguesa já existente das travas feudais, isto é, simplesmente "deixá-la passar". De igual modo o pensamento científico, próprio da nova sociedade, precisou apenas afastar-se das antigas vinculações dogmáticas para empreender o rumo já divisado por ela. Na passagem da forma da sociedade atual à futura, a humanidade deverá erigir-se pela primeira vez em sujeito consciente e determinar ativamente a sua própria forma de vida. Mesmo que os elementos da cultura vindoura sejam existentes, será necessário uma nova construção consciente das relações econômicas. A hostilidade indiscriminada frente à teoria não significa por isso um obstáculo. Se não há continuidade no esforço teórico, então a esperança de melhorar fundamentalmente a existência humana perderá a sua razão de ser. Referimo-nos ao esforço que investiga criticamente a sociedade atual com vista a uma sociedade futura organizada racionalmente, e que é construída com base na teoria tradicional, formada nas ciências especializadas. A existência de positividade e submisssão, que ameaça também tornar insensíveis à teoria os grupos mais avançados da sociedade, afeta não só a teoria, mas também a *práxis* liberadora.

As partes isoladas da teoria que deduzem do esquema da economia simples de mercadorias as relações complexas do capitalismo liberal e do capitalismo monopolista[62] não são indiferentes ao tempo como as etapas de um encadeamento hierárquico dedutivo. Assim como na escala dos organismos a digestão, função tão importante para a vida humana, se encontra em seu estado simples na figura genérica dos celenterados, da mesma maneira existem formas da sociedade que ao menos se aproximam da economia simples de mercadorias. O desenvolvimento intelectual se encontra, como foi mostrado acima, numa relação possível de comprovar, se bem que não paralela, com o desenvolvimento histórico. A relação essencial da teoria com o tempo não se baseia na correspondência de partes isoladas da construção teórica com o período histórico — um ensinamento em que coincidem *Fenomenologia do Espírito* e *Lógica* de Hegel com o *Capital* de Marx, como testemunhos de um mesmo método —, mas na transformação permanente do juízo existencial teórico sobre a sociedade, uma transformação que está condicionada pela sua conexão consciente com a *práxis* histórica.

61 "a diferença essencial", na ed. de A. Schmidt. (N. dos T.)
62 "capitalismo dos grupos econômicos", na ed. de A. Schmidt. (N. dos T.)

Isso não tem nada a ver com o princípio de questionar radical e permanentemente qualquer conteúdo teórico e de estar iniciando sempre tudo de novo, com o qual a metafísica moderna e a filosofia da religião combateram toda a elaboração consciente de teoria. A teoria não tem hoje um conteúdo e amanhã outro. As suas alterações não exigem que ela se transforme em uma concepção totalmente nova enquanto não mudar o período histórico. A consciência da teoria crítica se baseia no fato de que, apesar das mudanças da sociedade, permanece a sua estrutura econômica fundamental — a relação de classe na sua figura mais simples — e com isso a idéia da supressão dessa sociedade permanece idêntica. Os traços decisivos do seu conteúdo, condicionados por este fato, não sofrem alterações antes da transformação histórica. Por outro lado a história não ficará estagnada até que ocorra esta transformação. O desenvolvimento histórico das oposições, com as quais o pensamento crítico está entrelaçado, altera a importância de seus momentos isolados, obriga a distinções e modifica a importância dos conhecimentos científicos especializados para a teoria e a *práxis* críticas.

A questão a que nos referimos ficará mais bem explicada com o conceito da classe social que dispõe dos meios de produção. No período do liberalismo a dominação econômica estava fortemente ligada à propriedade jurídica dos meios de produção. A grande classe dos proprietários privados tinha o comando social, e a cultura global dessa época era caracterizada por essa relação. Comparando com a época atual, a indústria consistia num grande número de pequenas empresas autônomas. A direção da fábrica era exercida por um ou mais proprietários ou seus encarregados diretos, de acordo com o grau de desenvolvimento técnico da época. Com a rápida e progressiva concentração e centralização do capital, propiciadas por esse desenvolvimento, a maioria dos proprietários jurídicos foi afastada da direção das grandes empresas em formação, que absorveram suas fábricas. Com isso a direção adquiriu autonomia face ao título de propriedade jurídica. Surgem então os magnatas industriais, os comandantes da economia. Em muitos casos, os proprietários mantêm no início a maior parte da propriedade dos grupos econômicos em suas mãos. Hoje esse detalhe deixou de ser essencial, e alguns poderosos *managers* controlam setores inteiros da indústria. Apenas um número cada vez menor deles tem propriedade jurídica sobre as fábricas que dirigem. Esse processo econômico traz consigo uma mudança da função dos aparelhos jurídico e político, e também uma mudança da função das ideologias. Sem que a definição jurídica da propriedade tenha sido alterada, os proprietários se tornam cada vez mais impotentes diante dos diretores e seus comandos. O controle direto sobre os recursos das grandes empresas dá à direção uma tal força que seria absurdo esperar uma vitória dos proprietários na maioria dos processos que estes venham a instaurar motivados por divergências com a direção. A influência da direção, que inicialmente se restringiu às instâncias jurídicas e administrativas mais baixas, alcança depois as mais altas instâncias, e, por fim, o Estado e a sua organização de poder. Com o seu afastamento da produção efetiva e com a sua influência reduzida, diminuíram-se as perspectivas dos simples donos de títulos de posse; as condições de vida e a apresentação pessoal dos proprietá-

rios tornam-se cada vez mais impróprias para posições sociais importantes, e, por último, aparece a parte que ainda recebem de suas propriedades, como moralmente duvidosa e socialmente inútil, por não poderem realizar efetivamente algo para o desenvolvimento de sua propriedade. Surgem então ideologias conectadas estreitamente com estas e outras transformações: a ideologia das grandes personalidades e da diferença entre capitalistas produtivos e capitalistas parasitários. A representação de um direito autônomo de conteúdo fixo perde a sua importância. Do mesmo grupo que, exercendo o poder sobre os meios de produção, mantém à força o núcleo da ordem social dominante, partem os ensinamentos políticos de que a propriedade improdutiva e a renda parasitária teriam que desaparecer. Com a redução do número dos que são efetivamente poderosos aumenta a possibilidade da elaboração consciente de ideologia e do estabelecimento de uma dupla verdade, onde o saber é reservado aos *insiders* e a interpretação deixada ao povo, e se espalha o cinismo contra toda verdade e todo pensamento. No fim deste processo perdura uma sociedade não mais dominada por proprietários independentes, mas por camarilhas de dirigentes industriais e políticos.

Estas transformações condicionam também modificações na estrutura da teoria crítica. A teoria crítica não se deixa enganar pela aparência, isto é, pela ilusão fomentada meticulosamente nas ciências sociais, de que propriedade e lucro não desempenhariam mais o papel decisivo. De um lado, a teoria crítica jamais viu as relações jurídicas como essência. Ao contrário, considera-as como a superfície do contexto social e sabe que a disposição sobre homens e coisas permanece nas mãos de um grupo específico da sociedade, que na verdade concorre menos no próprio país, mas que se encontra numa concorrência cada vez mais acirrada com outros poderosos grupos econômicos no plano internacional. O lucro provém das mesmas fontes sociais que antes, e tem que ser aumentado da forma costumeira. Por outro lado, parece desaparecer junto com a eliminação de todo direito de conteúdo determinado, fruto da concentração do poder econômico e realiza plenamente nos Estados autoritários uma ideologia aliada a um fato cultural que ao lado de seu aspecto negativo tem também um caráter positivo. A teoria, tomando em consideração estas transformações na estrutura interna da classe empresarial, modifica também outros conceitos. A dependência da cultura frente às relações sociais mudará até nos mínimos detalhes, na medida mesma das mudanças ocorridas nestas relações sociais, se é que sociedade é um todo. Também com relação à época do liberalismo as concepções morais e políticas dos indivíduos puderam ser reduzidas de sua situação econômica. O respeito ao caráter franco e leal, à palavra de honra, à autonomia de um julgamento, etc., é resultado de uma sociedade de sujeitos econômicos relativamente independentes, unidos por meio de contratos. Mas essa dependência era mediada psicologicamente, e mesmo a moral possuía uma espécie de firmeza em virtude de sua função no indivíduo. (A verdade de que a dependência da economia também tomava conta dessa moral ficou clara quando recentemente as posições econômicas da burguesia liberal foram ameaçadas e a convicção de liberdade desapareceu aos poucos.) Entretanto, sob o capitalismo monopolista também esse tipo de indepen-

dência relativa do indivíduo deixou de existir. O indivíduo deixou de ter um pensamento próprio. O conteúdo da crença das massas, no qual ninguém acredita muito é o produto direto da burocracia que domina a economia e o Estado. Os adeptos dessa crença seguem em segredo apenas os seus interesses atomizados e por isso não verdadeiros; eles agem como meras funções do mecanismo econômico.

Com isso muda também o conceito da dependência cultural do econômico. Esse conceito deve ser entendido pelo materialismo vulgar, mais facilmente que antes, como a destruição do indivíduo típico. As explicações dos fenômenos sociais tornaram-se mais fáceis e, ao mesmo tempo, mais complexas. Mais fáceis porque o econômico determina os homens de uma forma mais direta e mais consciente, e porque a força relativa de resistência e a substancialidade das esferas culturais se encontram num processo de desaparecimento. Mais complexas porque a dinâmica econômica desenfreada degrada a maioria dos indivíduos à condição de meros instrumentos e traz constantemente, em curto espaço de tempo, novos espectros e infortúnios. Mesmo os grupos mais avançados da sociedade são desencorajados, tomados pela total desorientação reinante. Também a verdade na sua existência depende das configurações da realidade. No século XVIII, na França, a verdade tinha o apoio de uma burguesia já economicamente desenvolvida. No capitalismo monopolista[63] e na impotência dos trabalhadores diante dos aparelhos repressivos dos Estados autoritários, a verdade se abrigou em pequenos grupos dignos de admiração, que, dizimados pelo terror, muito pouco tempo têm para aprimorar a teoria. Os charlatões lucram com isso e o estado intelectual geral das massas retrocede rapidamente.

O exposto acima visa a esclarecer que a transformação constante das relações sociais é resultado direto do desenvolvimento econômico, se expressa na composição da camada dominante e não atinge somente alguns ramos da cultura, mas o sentido de sua dependência da economia. Com isso atinge também o conceito da concepção global. Essa influência do desenvolvimento social sobre a estrutura da teoria faz parte de seu próprio conteúdo. Por isso os novos conteúdos não são incluídos mecanicamente nas partes já existentes. Ao mesmo tempo que a teoria constitui um todo unitário, que alcança o seu significado peculiar apenas na relação com a situação atual, ela também se encontra numa evolução que, apesar de suas transformações mais recentes, não só suprime seus fundamentos como não modifica a essência do objeto refletido por ela, isto é, a essência da sociedade atual. Mesmo os conceitos, que aparentemente são os mais afastados do núcleo da teoria, são contudo englobados no processo. As dificuldades lógicas descobertas pelo entendimento em qualquer pensamento que reflita uma totalidade viva se baseiam principalmente nessa particularidade. Se se retiram conceitos e juízos isolados da teoria e se comparam com os de outra concepção anterior, surgirão contradições. Isso é válido tanto para a relação recíproca das etapas do desenvolvimento histórico da teoria como para as etapas lógicas dentro dela

[63] "No capitalismo tardio" *(Spaetkapitalismus),* na ed. de A. Schmidt. (N. dos T.)

própria. Nos conceitos de empresa e empresário existe uma diferença, por maior que seja a identidade. Esta diferença dependerá da proveniência dos conceitos. Se têm a sua origem na primeira forma da economia burguesa, serão diferentes dos conceitos correspondentes ao capitalismo desenvolvido, do mesmo modo que os conceitos que resultaram da crítica da economia política do século XIX, que visava aos fabricantes liberalistas, serão distintos daqueles que provêm da crítica da economia política do século XX, que trata dos fabricantes monopolistas. Da mesma forma que o próprio empresário, a representação que se faz dele passa por um desenvolvimento. As contradições das partes isoladas da teoria não são portanto resultantes de erros ou definições mal cuidadas, mas resultam do fato da teoria visar a um objeto que se transforma constantemente e que apesar do esfacelamento não deixa de ser um objeto único. A teoria não acumula hipóteses sobre o desenrolar de acontecimentos sociais isolados, mas constrói a imagem desenvolvida do todo, do juízo existencial englobado na história. O que era o empresário, ou melhor, o burguês em geral, e que está contido em seu caráter racionalista quanto nos traços não racionalistas dos movimentos de massa atuais das classes médias, remonta à situação econômica inicial da burguesia e está assinalado nos conceitos básicos da teoria. Mas, desta forma diferenciada, essa origem só se torna visível nas lutas. As atuais, e não somente pelo fato de a burguesia sofrer transformações nestas lutas, mas também porque, em relação a isso, o interesse e a atenção do sujeito teórico condicionam outras acentuações.

Pode ser que corresponda a um interesse sistemático e que não seja também de todo inútil o interesse de classificar e comparar as variadas formas de dependência, de mercadoria, de classe, de empresário, etc., nas fases históricas e lógicas da teoria. Já que o sentido da teoria, em última instância, só se torna claro com o todo da construção intelectual, que tem que se adequar sempre às novas situações, tais sistemas de espécie e subespécies, definições e especificações de conceitos emprestados da teoria crítica não costumam nem mesmo possuir o valor de um inventário de conceitos de outras ciências especializadas, que pelo menos podem ser utilizados na prática relativamente uniforme da vida cotidiana. Transformar a teoria crítica da sociedade em sociologia é, por princípio, um empreendimento problemático.

A questão aqui tratada sobre a relação entre pensamento e tempo está ligada a uma dificuldade específica. É simplesmente impossível falar, em sentido estrito, de alterações de uma teoria correta. Ao contrário, a constatação de tais alterações pressupõe uma teoria que está afetada pelos mesmos problemas. Ninguém pode colocar-se como sujeito, a não ser como sujeito do instante histórico. A discussão sobre a constância ou mutabilidade da verdade só tem valor para as mentalidades polêmicas. Isso contraria a suposição de um sujeito absoluto e supra-histórico e a substituibilidade dos sujeitos, como se fosse realmente possível a transposição do momento histórico atual para qualquer outro momento histórico, passado ou futuro. Até que ponto isso é possível não constitui agora o nosso problema. Em todo o caso, a teoria crítica é incompatível com a crença idealista de que ela própria representaria algo que transcende os homens, que possui algo assim como

crescimento. Os documentos estão inseridos numa história, mas a teoria não está presa a um destino. A afirmação de que momentos determinados foram englobados pela teoria e de que ela teria de se adequar no futuro a novas situações sem ter que transformar essencialmente o seu conteúdo pertence à teoria na forma em que ela existe e na forma em que ela procura determinar a *práxis*. Aqueles que possuem a teoria utilizam-na como um todo e agem em conformidade com esse todo. O aumento constante de uma verdade independente dos sujeitos e a confiança no progresso das ciências só podem estar relacionados, em sua validade limitada, com aquela função do saber que continuará também sendo necessária na sociedade futura, isto é, a dominação da natureza. Esse saber pertence também à totalidade social e existente. A condição prévia para se fazer afirmações sobre duração ou transformação, isto é, a continuação das formas conhecidas de produção e reprodução econômica, equivale, em certo sentido, à substituibilidade dos sujeitos. O fato de a sociedade ser dividida em classes não impede a identificação dos sujeitos humanos. O próprio saber é uma coisa que é transmitida de geração em geração, e que os homens necessitam para a sua própria vida. Também neste aspecto o cientista tradicional pode estar tranqüilo.

A construção da sociedade sob a imagem de uma transformação radical que ainda não passou pela prova de sua possibilidade real carece do mérito de ser comum a muitos sujeitos. O desejo de um mundo sem exploração nem opressão, no qual existiria um sujeito agindo de fato, isto é, uma humanidade autoconsciente, e no qual surgiriam as condições de uma elaboração teórica unitária bem como de um pensamento que transcende os indivíduos, não representa por si só a efetivação desse mundo. A transmissão mais exata possível da teoria crítica é condição para o êxito histórico. Mas essa transmissão não ocorre sobre a base firme de uma *práxis* esmerada e de modos de comportamentos fixados, mas sim medida pelo seu interesse na transformação. Esse interesse, que é reproduzido necessariamente pela injustiça dominante, deve ser enformado e dirigido pela própria teoria, ao mesmo tempo que exerce uma ação sobre ela. O círculo dos representantes desta tradição não adquire novos limites nem é renovado pelas leis orgânicas ou sociológicas. Esse círculo não é constituído e mantido por heranças biológicas ou testamentárias, mas pelo conhecimento vinculante, e esse conhecimento garante apenas a sua comunidade atual e não a sua comunidade futura. Provida de todos os critérios lógicos, a teoria carecerá, até o final do período histórico, da sua confirmação pela vitória. Até que isso ocorra, ela lutará pela versão e pela utilização correta da teoria. A interpretação feita pelo aparelho de propaganda e pela maioria não precisa ser, por isso, a melhor. Antes da transformação geral da história a verdade pode refugiar-se nas minorias. A história ensina que tais grupos inquebrantáveis, apesar de serem pouco notados e até mesmo proscritos por outros setores da oposição, podem, devido a sua visão mais profunda, chegar a postos de comando nos momentos decisivos. Hoje em dia, no momento em que todo poder dominante força o abandono de todos os valores culturais e impele à barbárie obscura, o círculo de solidariedade verdadeira mostra-se sem dúvida bastante reduzido. Os inimigos, isto é, os senhores desse pe-

ríodo de decadência, não conhecem nem fidelidade nem solidariedade. Tais conceitos constituem momentos da teoria e da *práxis* correta. Separados da teoria os conceitos perdem o seu significado como ocorreria com qualquer parte de uma conexão viva. É plenamente possível que uma horda de bandidos desenvolva traços positivos de coletividade humana, mas essa possibilidade aponta sempre as falhas da sociedade maior, na qual esse bando existe. Em uma sociedade injusta, os criminosos não são obrigatoriamente seres humanos inferiores. Na sociedade totalmente justa eles seriam ao mesmo tempo desumanos. O sentido correto de juízos isolados sobre coisas humanas só é obtido na sua relação com o todo.

Não existem critérios gerais para a teoria crítica como um todo; pois eles se baseiam sempre na repetição de ocorrências, isto é, na totalidade que se autoreproduz. Tampouco existe uma classe social em cujo consentimento se possa basear. A consciência de qualquer camada na situação atual pode reproduzir-se e corromper-se por mais que, devido a sua posição dentro da sociedade, seja destinada à verdade. A teoria crítica não tem, apesar de toda a sua profunda compreensão dos passos isolados e da conformidade de seus elementos com as teorias tradicionais mais avançadas, nenhuma instância específica para si, a não ser os interesses ligados à própria teoria crítica de suprimir a dominação de classe.[64] Essa formulação negativa, expressa abstratamente, é o conteúdo materialista do conceito idealista da razão. Num período histórico como este a teoria verdadeira não é tão afirmativa como crítica, como também a sua ação não pode ser "produtiva". O futuro da humanidade depende da existência do comportamento crítico que abriga em si elementos da teoria tradicional e dessa cultura que tende a desaparecer. Uma ciência que em sua autonomia imaginária se satisfaz em considerar a *práxis* — à qual serve e na qual está inserida — como o seu Além, e se contenta com a separação entre pensamento e ação, já renunciou à humanidade. Determinar o conteúdo e a finalidade de suas próprias realizações, e não apenas nas partes isoladas mas em sua totalidade, é a característica marcante da atividade intelectual. Sua própria condição a leva à transformação histórica.[65] Por detrás da proclamação de "espírito social" e "comunidade nacional" se aprofunda, dia a dia, a oposição entre indivíduo e sociedade. A autodeterminação da ciência se torna cada vez mais abstrata. O conformismo do pensamento, a insistência em que isto constitua uma atividade fixa, um reino à parte dentro da totalidade social, faz com que o pensamento abandone a sua própria essência.

[64] "de suprimir a *injustiça social*", na ed. de A. Schmidt. (N. dos T.)

[65] Esta frase, na ed. de A. Schmidt, aparece da seguinte forma: "Sua própria condição *indica* a ela a transformação histórica, *a realização de um estado de justiça entre os homens*". (N. dos T.)

# FILOSOFIA E TEORIA CRÍTICA[1]

Nota preliminar:[2] *Sobre o ensaio "Teoria Tradicional e Teoria Crítica", publicado no último número desta revista, foram feitos muitos comentários detalhados. O significado da filosofia, ou melhor, a questão do papel a ser desempenhado pelo pensamento atual, foi o tema mais importante destas críticas. A nossa participação neste debate teve como base as contribuições que se seguem.*

M. H.

Em meu ensaio "Teoria Tradicional e Teoria Crítica" apontei a diferença entre dois métodos gnosiológicos. Um foi fundamentado no *Discours de la Méthode,* cujo jubileu de publicação se comemorou neste ano,[3] e o outro, na crítica da economia política. A teoria em sentido tradicional, cartesiano, como a que se encontra em vigor em todas as ciências especializadas, organiza a experiência à base da formulação de questões que surgem em conexão com a reprodução da vida dentro da sociedade atual. Os sistemas das disciplinas contêm os conhecimentos de tal forma que, sob circunstâncias dadas, são aplicáveis ao maior número possível de ocasiões. A gênese social dos problemas, as situações reais, nas quais a ciência é empregada e os fins perseguidos em sua aplicação, são por ela mesma consideradas exteriores. — A teoria crítica da sociedade, ao contrário, tem como objeto os homens como produtores de todas as suas formas históricas de vida. As situações efetivas, nas quais a ciência se baseia, não é para ela uma coisa dada, cujo único problema estaria na mera constatação e previsão segundo as leis da probabilidade. O que é dado não depende apenas da natureza, mas também do poder do homem sobre ela. Os objetos e a espécie de percepção, a formulação de questões e o sentido da resposta dão provas da atividade humana e do grau de seu poder.

[1] Este ensaio foi publicado na coletânea editada por Alfred Schmidt (Max Horkheimer, *Kritische Theorie. Fine Kokumentation,* S. Fischer Verlag, Frankfurt am Main, 1968) sob o título de *Nachtrag* (Apêndice). (N. dos T.) — Traduzido do original alemão: "Philosophie und kritsche Theorie", em *Zeitschrift fuer Sozialforschung,* Ano VII (1937), pp. 245-294.

[2] Esta nota preliminar não consta da edição de A. Schmidt (N. dos T.)

[3] Esta passagem foi omitida na ed. de A. Schmidt. Horkheimer se refere a 1937, ano da publicação do referido artigo na *Zeitschrift fuer Sozialforschung.* (N. dos T.)

A teoria crítica da sociedade está de acordo com o idealismo alemão no que diz respeito à relação da produção humana com o material dos fatos aparentemente últimos, aos quais o especialista tem que se ater. Desde Kant, o idealismo tem contraposto este momento dinâmico à veneração dos fatos e ao conformismo social subseqüente. "O mesmo que sucede na matemática, diz Fichte, ocorre na totalidade da cosmovisão; a diferença consiste somente no fato de que, ao construir o mundo, não se está consciente do próprio construir, pois isso é feito sempre pela necessidade e nunca livremente".[4] Esse pensamento que considera como espiritual a atividade materialmente dada, situando-a na consciência supra-empírica em si, no Eu absoluto, no Espírito, é geral no idealismo alemão. A superação deste seu aspecto apático, inconsciente e irracional fica, por princípio, a cargo do interior da pessoa, isto é, da convicção moral. Para a concepção materialista, ao contrário, esta atividade fundamental consiste no trabalho social, cujo caráter de classe imprime sua forma em todos os modos do reagir humano, inclusive na teoria. A penetração racional do processo, no qual a gnose e o seu objeto se constituem, sua subordinação ao controle da consciência, não transcorre por isso num terreno exclusivamente espiritual, mas coincide com a luta por determinadas formas de vida na realidade efetiva. A formulação de teorias em sentido tradicional constitui uma profissão na sociedade dada, delimitada por outras atividades científicas e demais, e não precisa se preocupar em saber nem das tendências nem das metas históricas com as quais essas teorias estão entrelaçadas. A teoria crítica, ao contrário, na formação de suas categorias e em todas as fases de seu desenvolvimento, segue conscientemente o interesse por uma organização racional da atividade humana: clarificar e legitimar esse interesse é a tarefa que ela confere a si própria. Pois para a teoria crítica não se trata apenas dos fins tais como são apresentados pelas formas de vida vigentes, mas dos homens com todas as suas possibilidades.

É nesse sentido que a teoria crítica preserva a herança não só do idealismo alemão, mas da própria filosofia. Ela não é uma hipótese de trabalho qualquer que se mostra útil para o funcionamento do sistema dominante, mas sim um momento inseparável do esforço histórico de criar um mundo que satisfaça às necessidades e forças humanas. Por maior que seja a ação recíproca entre teoria crítica e ciências especializadas, em cujo progresso aquela teoria tem que se orientar constantemente e sobre o qual ela exerce uma influência liberadora e impulsionadora há setenta anos,[5] a teoria crítica não almeja de forma alguma apenas uma mera ampliação do saber, ela intenciona emancipar o homem de uma situação escravizadora. Nesse sentido ela corresponde à filosofia grega, não tanto à do período de resignação, quanto à do seu auge com Platão e Aristóteles. Enquanto estóicos e epicuristas voltam a doutrinas de práticas individualistas, após o fracasso dos projetos políticos daqueles dois grandes filósofos, a nova filosofia dialé-

[4] J. G. Fichte, "Logik und Methaphysik", em *Nachgelassene Schriften*, t. II, Berlim, 1937, p. 47. (N. do A.)

[5] "exerce uma influência liberadora e impulsionadora *há décadas*", na ed. de A. Schmidt. Cf. nota 3. (N. dos T.)

tica, ao contrário, parte do conhecimento de que o desenvolvimento livre dos indivíduos depende da constituição racional da sociedade. Ao focalizar as bases da situação atual, ela passa a ser a crítica da economia.

A crítica todavia não é idêntica ao seu objeto. A economia política não é uma espécie de cristalização do pensamento filosófico. Tampouco as curvas matemáticas da economia política de hoje conseguem estabelecer a relação com o essencial, quanto à corrente filosófica positivista ou à existencialista. Os conceitos daquela disciplina perderam o contato com as relações básicas do período histórico atual. Se investigações rigorosas exigiram sempre o isolamento de estruturas, hoje o fio condutor não é mais constituído por interesses históricos, conscientes e impulsionadores, como no caso de Adam Smith. Com isso, deixou de existir a ligação entre as análises modernas e uma totalidade gnosiológica qualquer que almeje a história efetiva. A tarefa de estabelecer a relação do conhecimento com a realidade, ou com qualquer de seus fins, é deixada a outros, ou é postergada, ou mesmo abandonada ao acaso. Na medida em que existe o interesse e o reconhecimento social por elas próprias, as ciências não se preocupam com isso, ou deixam esta preocupação para outras disciplinas, por exemplo, para a sociologia ou a filosofia especializada, as quais, por sua vez, fazem o mesmo. Com isso, a respectiva dominação da sociedade, isto é, as forças que a controlam, é confirmada tacitamente no seu sentido e valor pela própria ciência, elevada à condição de juiz, e o conhecimento é declarado impotente.

Ao contrário da atividade científica nas disciplinas modernas, a teoria crítica da sociedade, mesmo enquanto crítica da economia, permanece filosófica. Seu conteúdo transforma os conceitos dominantes da economia em seu oposto, isto é, ela mostra a intensificação da injustiça social no conceito da troca justa, o domínio do monopólio no de economia livre, a consolidação de situações atravancadoras da produção no de trabalho produtivo, a pauperização dos povos no de sobrevivência da sociedade. Não se trata aqui tanto do que permanece igual, mas sim do movimento histórico da época que caminha em direção ao seu término. *O Capital* em suas análises não é menos exato que a economia política criticada, mas mesmo nos cálculos mais sutis de processos isolados, que se repetem periodicamente, o conhecimento do desenrolar histórico da totalidade continua sendo o motivo propulsor. Não é um objeto filosófico particular que caracteriza a diferença entre teoria crítica e observações especializadas, mas é a consideração das tendências da sociedade global que é decisiva, mesmo nas suas ponderações mais abstratas, lógicas e econômicas.

O caráter filosófico da teoria crítica aparece não somente face à economia política, mas também contra o economismo prático. A luta contra as ilusões harmonicistas do liberalismo, a desnudação das contradições inerentes a ele e a abstratividade de seu conceito de liberdade são tomadas literalmente por toda parte, e distorcidas ao ponto de se tornarem palavreado reacionário. A frase "a economia, ao invés de dominar os homens, deve servi-los" é pronunciada exatamente por aqueles que nunca quiseram que se entendesse por economia outra coisa que os interesses de seus próprios financiadores. O todo e a coletividade são enfatiza-

dos onde não se pode nem mesmo pensá-los sem a radical oposição ao indivíduo, isto é, em seu sentido mais claro. A coletividade é equiparada com a ordem decadente por eles defendida. No conceito do egoísmo sagrado e do interesse vital da coletividade nacional imaginária, o interesse dos próprios homens por um desenvolvimento sem obstáculos e existência feliz é confundido com a ânsia de poder dos grupos dominantes. O materialismo vulgar, que tem a sua *práxis* criticada pelo materialismo dialético, está envolto num palavreado idealista cujo desvendar exerce atração sobre os seus adeptos mais fiéis.[6] Esse tipo de materialismo tornou-se a verdadeira religião da atualidade. Mas, se o pensamento especializado, mantendo-se num conformismo contínuo, rejeita todo tipo de ligação interna com os pretensos juízos de valor, e se empreende com extremo rigor a separação entre pensamento e decisão prática, por sua vez a falta de ilusões foi levada brutalmente às últimas conseqüências pelo niilismo dos donos do poder.

Segundo esse pensamento, o juízo de valor pertence à lírica nacional ou serve para ser proclamado diante do tribunal popular, mas nunca diante da instância do pensamento. A teoria crítica que visa à felicidade de todos os indivíduos, ao contrário dos servidores dos Estados autoritários, não aceita a continuação da miséria. A autocontemplação da razão, que constituía o grau máximo de felicidade para a velha filosofia, se transformou, dentro do pensamento mais recente, no conceito materialista da sociedade livre e autodeterminante. O que resta do idealismo é a crença de que as possibilidades do homem são outras, diferentes da incorporação ao existente e da acumulação de poder e lucro.

Desde a derrota de todas as aspirações progressistas nos países europeus altamente desenvolvidos, tem se alastrado a confusão mesmo entre os representantes[7] da teoria crítica. Isso se dá mesmo com o aparecimento, na teoria e na *práxis* a ela contrárias, de alguns de seus elementos, mas em sentido inverso. O próximo objetivo histórico é, de fato, a abolição das relações sociais que emperram atualmente o desenvolvimento social. Abolição, no entanto, é um conceito dialético. A transformação dos bens privados em propriedade estatal, a expansão industrial e mesmo o amplo contentamento das massas terão o seu significado histórico definido apenas na natureza do todo, no qual estão inseridos. Por mais importante que sejam face ao estado de coisas arcaico, tais elementos podem, no entanto, ser englobados por um movimento retroativo. O mundo envelhecido se desmantela devido a um princípio de organização econômica ultrapassado. A decadência cultural está implicada nisso. A crítica teórica e prática tem que focalizar inicialmente a causa primeira da miséria, a economia. Mas, julgar também as formas da sociedade futura, baseando-se apenas na sua economia, não

[6] A forma e o conteúdo da crença não são indiferentes um ao outro. O que se acredita repercute no ato de se considerar algo como verdadeiro. Os conteúdos da ideologia da raça *(voelkische Ideologie)*, que contrariam o estado alcançado pelo espírito no mundo industrial, não são apreendidos do mesmo modo que uma verdade qualquer. Mesmo os que mais dependem dela alimentam-na com pensamentos superficiais; todos sabem na prática o que isso significa. Se os que ouvem pensam que o orador não acredita no que diz, isso não tem outra conseqüência senão aumentar o poder deste. Eles se divertem com tal maldade. Mas quando a situação se agrava, esta comunidade não consegue resistir. (N. do A.)

[7] "entre os *defensores*" na ed. de A. Schmidt. (N. dos T.)

seria um pensamento dialético, mas sim mecanicista. A transformação histórica não deixa intocáveis as esferas culturais. E se no estado atual da sociedade a economia domina os homens e constitui, por isso, a alavanca com a qual esse estado deve ser transformado face às necessidades naturais, no futuro os homens mesmos devem determinar os seus relacionamentos. Por isso, dados econômicos isolados também não constituem a medida com a qual se poderá avaliar a comunidade futura. Isto é válido também para o período de transição no qual a política ganha uma nova autonomia em relação à economia. Somente no final dessa transição os problemas políticos passam a ser questão de mera administração material. Antes disso é possível que tudo se modifique, mesmo que o caráter da transição continue indeterminado.

O economismo, ao qual a teoria crítica tem sido reduzida, não consiste apenas em tornar o fator econômico importante demais, mas em torná-lo demasiadamente restrito. O seu significado[8] original, que visa ao todo, desaparece por trás do recurso aos fenômenos delimitados. De acordo com a teoria crítica, a economia atual é determinada essencialmente pelo fato de os produtos que são produzidos além da necessidade dos homens não passarem para o domínio da sociedade, mas, ao contrário, serem apropriados e vendidos por particulares. Com a abolição dessa situação se pretende um princípio mais elevado de organização econômica, e não uma utopia filosófica. O antigo princípio conduz a humanidade a catástrofes. Mas no conceito de socialização, que caracteriza a transformação, não estão contidos apenas os elementos que surgem na economia política e na jurisprudência. A passagem da produção industrial ao controle estatal é um fato histórico[9] cujo significado terá ainda que ser analisado pela teoria crítica. Se se trata de uma socialização autêntica, até que ponto se desenvolverá portanto um princípio mais elevado não depende apenas da alteração de certas relações de propriedade, do aumento da produtividade nas novas formas de cooperação social, mas também da essência do desenvolvimento da sociedade, na qual ocorre. Isso depende principalmente da qualidade das novas relações de produção. Mesmo que persistam os "privilégios naturais" condicionados pela aptidão e capacidade de realização individual, não devem de forma alguma ser substituídos mais tarde por outros privilégios sociais. Nessa situação transitória a desigualdade não deve ser estabilizada, mas superada progressivamente. Pertence ao conteúdo do conceito de socialização o problema de como e o que será produzido, se existirão grupos relativamente bem demarcados e com interesses especiais, e se diferenças sociais serão mantidas ou mesmo ampliadas. Além disso, pertence ao conteúdo desse conceito o relacionamento ativo do indivíduo com o governo, a relação entre todos os atos administrativos decisivos, que dizem respeito aos indivíduos, e o seu próprio saber e vontade, a dependência de todas as situações de decisão coletiva domináveis pelo homem, em poucas palavras, o grau de desenvolvimento dos elementos essenciais, da democracia real e da associação. Ne-

[8] "A sua *intenção* original", na ed. de A. Schmidt. (N. dos T.)

[9] *"Se* a produção industrial *passar* para o controle estatal, então isso *será* um fato histórico . . .", na ed. de A. Schmidt. (N. dos T.)

nhuma dessas determinações pode ser isolada do fator econômico, e a crítica ao economismo não se baseia no abandono da análise econômica, mas na insistência da integridade e da perspectiva histórica. A teoria dialética não faz a sua crítica a partir da mera idéia. Já em sua figura idealista, ela refutou a representação de algo bom em si mesmo, que é simplesmente colocado em confrontação com a realidade. Ela não julga de acordo com o que está fora do tempo, mas conforme o que está no tempo. Também os Estados totalitários, ao nacionalizarem parcialmente as propriedades, apelam à comunidade e às práticas coletivas. Nesse caso a inverdade é evidente. Mas, mesmo onde isso ocorre honestamente, a teoria crítica tem a função dialética de avaliar qualquer etapa histórica, não apenas de acordo com alguns dados e conceitos isolados, mas também conforme o seu conteúdo original e global, procurando mantê-lo vivo. A filosofia correta não consiste hoje em esvaziar-se de análises concretas econômicas ou sociais, ou em reduzir-se a categorias isoladas. Ao contrário, ela tem que evitar que os conceitos econômicos se diluam em detalhes vazios e desconectados, pois esse procedimento é apropriado para encobrir a realidade em todas as suas faces. A teoria crítica nunca criou raízes na ciência econômica. A dependência do político frente ao econômico foi o seu objeto, e nunca o seu programa.

Entre os que hoje recorrem à teoria crítica se encontram alguns que em plena consciência a degradam a uma mera racionalização de seus próprios empreendimentos. Outros se apóiam em conceitos, deformando-os mesmo face ao seu sentido textual, e fazem dela uma ideologia do equilíbrio, tanto mais compreensível quanto menos se detêm para pensá-la. Mas desde a sua origem o pensamento dialético tem representado o estado mais avançado do conhecimento, e é, em última análise, apenas dele que pode provir a decisão. Seus representantes estiveram, em todas as ocasiões de revés, relativamente isolados, e também isso eles têm em comum com a filosofia. Enquanto o pensamento não tiver vencido definitivamente, jamais poderá sentir-se seguro sob as sombras de um poder. O pensamento exige independência. Mas os seus conceitos, que se originam nos movimentos sociais, parecem hoje não ter mais valor, já que não são muitos os que o seguem, além dos seus perseguidores. Mesmo assim a verdade será comprovada, pois o fim de uma sociedade racional, que hoje parece estar preservada apenas na imaginação, pertence efetivamente a todos os homens.

Essa não é contudo uma afirmação tranqüilizante. A realização das possibilidades depende das lutas históricas. A verdade sobre o futuro não é um registro de fatos dados, cuja única particularidade consistisse em estar contida num *index* especial. A própria vontade desempenha aí um papel, e não deve se acomodar pelo simples fato da prognose ser possivelmente verdadeira. Mesmo depois da instauração da nova sociedade, a felicidade de seus membros não seria um equivalente para a desgraça daqueles que perecem na sociedade atual. A teoria não traz a salvação para os seus representantes. Apesar de seu ímpeto e da vontade própria, ela não prega um estado psíquico, como o estoicismo ou o cristianismo. Os mártires da liberdade não buscavam a sua tranqüilidade psíquica. Sua filosofia era a própria política. Se é verdade que suas mentes se mantiveram tranqüilas

diante do terror, isso contudo não passou a constituir a sua meta. Tampouco o medo seria um agravante contra eles. Os instrumentos de poder não perderam a eficácia que tinham nos tempos da penitência e da retratação de Galileu; o que estes aparelhos tinham de atrasado no século XIX, em relação a outras maquinarias, foi amplamente recuperado nas últimas décadas. Aqui o fim de um período histórico aparece também como o retorno ao início, num grau mais elevado. Para Goethe a felicidade reside na personalidade. Se isso é válido, temos também que considerar o que foi recentemente acrescentado por outro poeta: a posse da personalidade é uma instituição social que se pode perder a qualquer hora. O fascista[10] Pirandello conheceu seu tempo melhor do que pressupunha. Para os homens que vivem sob a dominação totalitária do mal, não somente suas vidas como o próprio Eu dependem do acaso. As retratações significam hoje menos ainda do que na Renascença. A filosofia que pretende se acomodar em si mesma, repousando numa verdade qualquer, nada tem a ver, por conseguinte, com a teoria crítica.

[10] Na edição de A. Schmidt: "Pirandello, *que tinha tendências fascistas,* conheceu. . ." (N. dos T.)